

Por que estudar História?

Caio C. Boschi



editora
PUC Minas

Por que estudar História?

Caio C. Boschi



editora
PUC Minas

Por que estudar
História?

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora Patrícia Bernardes

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação Sérgio de Moraes Hanriot

EDITORA PUC MINAS

Diretora Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Coordenação editorial Cláudia Teles de Menezes Teixeira

Revisão Virgínia Mata Machado

Comercial Paulo Vitor de Castro Carvalho

Formatador Digital Tereza Mariani Rebello Horta

CONSELHO EDITORIAL

Edil Carvalho Guedes Filho

Eliane Scheid Gazire

Flávio de Jesus Resende

Jean Richard Lopes

Leonardo César Souza Ramos

Lucas de Alvarenga Gontijo

Luciana Kind do Nascimento

Luciana Lemos de Azevedo

Márcio de Vasconcelos Serelle

Pedro Paiva Brito

Rita de Cássia Fazzi

Rodrigo Baroni de Carvalho

Sérgio de Moraes Hanriot

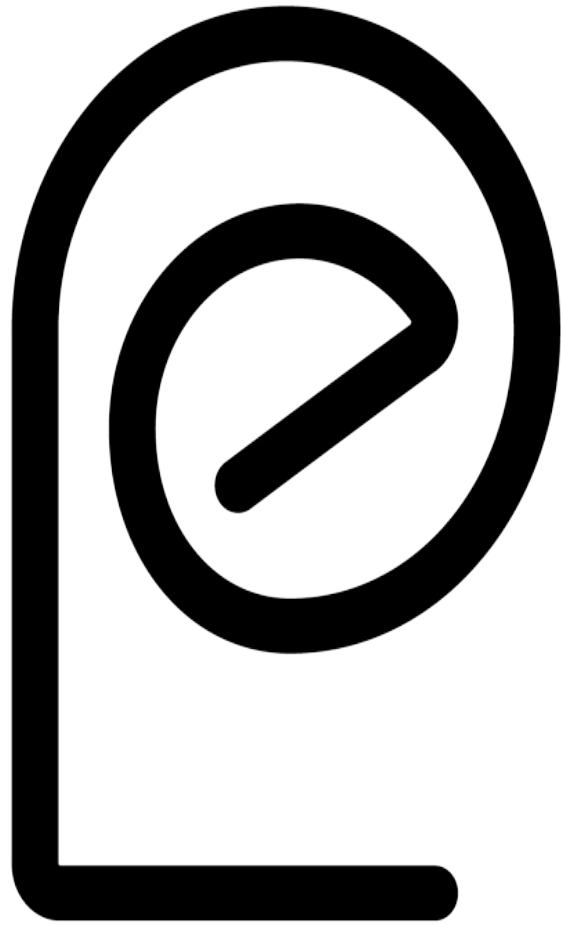
William César Bento Régis.

Por que estudar

História?

Caio C. Boschi

Obra paradidática



editora
PUC Minas

Belo Horizonte

2019

© 2019 Caio C. Boschi

Todos os direitos reservados pela Editora PUC Minas. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia da Editora.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Boschi, Caio César

B742p Por que estudar história? [recurso eletrônico] / Caio César Boschi. Belo Horizonte:

Editora PUC Minas, 2020.

E-book (il.)

ISBN 978-85-8229-102-3

1. História - Estudo e ensino. 2. História - Filosofia. 3. História -

Filosofia. I. Título.

CDU: 93:37.02

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB
6/2086

Projeto gráfico e diagramação Cássio Ribeiro

Editora PUC Minas

Rua Dom Lúcio Antunes,180 | Coração Eucarístico | 30535-630

Belo Horizonte MG | Fone (31) 3319-9904

editora@pucminas.br | www.pucminas.br/editora

Para Miguel e Manuela

SUMÁRIO

Capítulo 1 - O sentido da História

Capítulo 2 - A História e sua construção

Capítulo 3 - O tempo histórico

Capítulo 4 - Combates pela História

Capítulo 5 - Memória e identidade

Conclusão

Referências

Sobre o autor

Capítulo 1

O sentido da História

A razão última da História, seu para quê mais profundo, é dar um sentido à vida do homem ao compreendê-la em função de uma totalidade que a abarca e da qual faz parte.

Luis Villoro (1922-2014), filósofo espanhol

Observe os objetos ao seu redor, começando por este livro. Ouça os ruídos do ambiente, os sons da rua. Você sabia que todo objeto, todo som, tudo o que você vivencia ou experimenta tem historicidade? Como a ideia não é complicar a sua vida, nem perder tempo, vamos direto ao ponto: historicidade significa que todas as coisas e todas as atividades humanas têm um sentido para a História ou sentido histórico.

O que fazemos, pensamos, sentimos, produzimos, assim como o significado que atribuímos a tudo isso, depende da época em que vivemos, das relações sociais estabelecidas, do contexto histórico. Tudo o que, às vezes, nos parece natural e eterno é, na verdade, fruto da criação humana, ao longo do tempo. Veja este livro: parece-nos óbvio que ele seja um instrumento privilegiado de acesso a informações e conhecimentos. Mas nem sempre foi assim. Mesmo nos dias atuais, não o é para muitas sociedades. O livro é uma invenção humana, que surge em determinado momento da história da humanidade e vai, pouco a pouco, tornando-se objeto de uso cotidiano. Para muitos grupos humanos, no entanto, ele não foi – nem é – algo tão presente e comum. Daí afirmarmos que este livro, como tudo o que nos rodeia, tem historicidade.

A ideia de historicidade nos ajuda a desnaturalizar as coisas e a perceber a ação humana através do tempo. Leva-nos a compreender que, da mesma forma, as coisas nem sempre foram como são, como também não o serão para sempre. Por exemplo, imagine uma sociedade daqui a mais ou menos 500 anos: será que o livro, no formato que hoje conhecemos, estará tão presente como nos dias atuais? Não podemos responder a essa pergunta, mas devemos formulá-la. Reconhecer a historicidade das coisas significa agirmos em função do presente, buscando orientarmo-nos para o futuro.

O homem sempre buscou conhecer seu passado – tanto o passado de cinco minutos atrás (“por que é importante eu começar a ler este livro?”) quanto o de muitos milênios (“por que e como o Egito Antigo prosperou estando localizado em uma região tão desértica?”). Questionamos o passado porque nele encontramos respostas a essas e outras interrogações. O passado fornece elementos para compreendermos o presente.

Por isto é importante estudar História: para que possamos nos conhecer melhor. É bem possível que, para você, a História não passe de uma disciplina teórica sem muito valor se comparada a ramos mais práticos do conhecimento, como Medicina, Engenharia e Computação. Mas História é vida, a sua vida, a vida de todos os seres humanos, em todas as épocas.

A ideia popular é a de que saber História significa memorizar acontecimentos, datas e nomes de personagens famosos. Errado. Hoje a memorização não ocupa mais um lugar central no estudo da História. Muito mais do que decorar fatos, precisamos buscar compreender por que as coisas aconteceram de determinada maneira. E também por que não acontecem do mesmo jeito em todas as sociedades humanas. Entender como o mundo se tornou o que é e não algo diferente. Mais do que encontrar respostas, estudar História é aprender a fazer perguntas. Este livro já traz uma indagação no título: por que estudar História? Vamos pensar em algumas respostas.

Uma das funções básicas da História é permitir a compreensão da vida em sociedade e dos homens que a integram e a transformam ao longo do tempo. Aliás, você consegue pensar em outro campo do conhecimento que nos leve a compreender de forma tão abrangente os avanços e recuos sociais quanto a História?

Como explicar, por exemplo, que certas sociedades se organizem de forma democrática e incentivem a participação de seus membros na vida política enquanto outras vivam sob regimes autoritários que censuram a manifestação das pessoas? Ou por que certos povos e grupos têm maior sensibilidade para questões ambientais ou ligadas aos direitos humanos e outros parecem ignorá-las? Só a História, com o auxílio de outras disciplinas, pode responder essas questões. Mas é impossível conhecer o porquê e o para quê da História sem saber o quê ela é.

A História em nosso dia a dia

Antes de qualquer definição vale lembrar que a História é inerente ao ser humano, desde o nosso surgimento no planeta. Onde há seres humanos, tem História. As duas coisas são inseparáveis. Faz parte do nosso cotidiano e do cotidiano de todos os seres humanos, em todas as épocas e lugares – ainda que não se tenha consciência de que é assim e de como isso acontece. Você mesmo, sem se dar conta, já recorreu à História quando, por exemplo, escreveu sua data de nascimento ou o nome de seus pais num formulário escolar ou quando disse a amigos o que estava fazendo na noite de 2 de setembro de 2018, quando ocorreu trágico incêndio nas instalações do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. A História faz parte de nossas vidas porque somos seu sujeito (nós a transformamos) e também seu objeto (ela nos modifica).

Quem se dedica a estudar História não o faz motivado pela simples busca de cultura ou de um conhecimento genérico, mas para compreender melhor a realidade na qual se insere. Por exemplo: ao saber de mais um crime brutal, você pode se perguntar sobre a origem de tanta violência: “Será que foi sempre assim?” E por certo você já ouviu os mais velhos comentarem: “Como o mundo mudou! No meu tempo era diferente”. É o presente que faz aflorar questões objetivas e concretas que nos desafiam – e com essas questões em mente é que buscamos respostas no passado. Trocando em miúdos, a História serve para que o homem conheça a si mesmo, assim como suas afinidades e diferenças em relação aos outros. Saber quem somos permite definir para onde vamos.

Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou? Perguntas como essas são uma constante na trajetória da humanidade. Por mais sem sentido que pareçam, tais indagações traduzem a necessidade que temos de nos explicar, nos situar, nos (re)conhecer como humanos e, em decorrência, como seres sociais.

Assim, ainda que o interesse pelo conhecimento e pelo estudo da História seja fruto de iniciativa pessoal, a análise histórica deve ter sempre caráter coletivo. O que se busca é compreender a ação conjunta dos homens em sociedade. Mesmo quando o foco se volta para a vida de determinado personagem, só o conheceremos de verdade se compreendermos as circunstâncias em que ele viveu – sua época, seu lugar e seu ambiente sociocultural. Estudar História é, portanto, uma forma de nos socializar, levando em conta nossas vivências mais próximas, e de nos libertar do excesso de individualismo que marca nossa época.

Quem de nós não se encantava, na infância, quando um adulto lia ou contava histórias? Quem não ficava com os olhos brilhando ao escutar as aventuras e desventuras dos antepassados?

O gosto pelo conhecimento está dentro de cada um. O xis da questão, no caso, é separar o conhecimento histórico da fantasia, é buscar conhecer a história dos

homens e não a dos indivíduos isoladamente, é cultivar o gosto pela história familiar e local e ao mesmo tempo se interessar pelo que diz respeito às demais coletividades, mesmo as mais distantes e distintas de nós.

Por tudo isso a História, hoje mais do que nunca, com nossa concordância ou sem ela, é parte do cotidiano e nos ensina a viver. Devemos, pois, nos posicionarmos diante dela.

A História como ferramenta

Pelo que já foi dito, é possível perceber que estudar História não é uma atividade apenas dos que a escolhem como profissão. Muitas pessoas, independentemente do campo de trabalho, dedicam-se a ler, pesquisar ou até a desenvolver estudos históricos. Não é por acaso que o número de revistas especializadas em História é proporcionalmente maior que o de publicações de outras áreas. Quantos jogos para videogame ou PC simulam cenários históricos? Observe também a variedade de filmes, novelas e minisséries de época produzidos para o cinema ou para a TV.

HISTÓRIA

EM CURSO

ESCRavidÃO & ESCRAVISMO

A história do negro no Brasil desde o descobrimento, em 1500, até 13 de maio de 1888, quando foi abolida a escravidão.

GETÚLIO

LIÇÕES DE 1964

O ANJO DE GRANDE PARTE DA SOCIEDADE PELAS SOLUÇÕES AUTORITÁRIAS A LUTA PELA TERRA COMO DETERMINADOR DA RADICALIZAÇÃO O MEDO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR OS GRUPOS DOS ONZE A REPRISÃO E AS ACOMODAÇÕES NA UNIVERSIDADE

História

DA BIBLIOTECA NACIONAL

LEITURAS DA HISTÓRIA

SEM DESTINO

Segundo a ONU, a cada 60 segundos vinte e quatro pessoas fogem de suas casas à procura de segurança e condições de sobrevivência em outros países

PAULO HAZUTTA e Inês de Castro analisam a intolerância bem antes de setembro de 2001

Produtos culturais com apelo à História: você já percebeu como eles povoam nosso cotidiano?

Quem se interessa pela História procura mais do que respostas a questões pessoais: quer experimentar também o fascínio exercido pelo conhecimento do passado. Mas esse fascínio, que, muitas vezes, nos é apresentado através de jogos, minisséries televisivas ou de revistas de grande circulação, pode ser uma armadilha. É preciso desconfiar de um passado que vem arrumado, bem apresentado, que nos convence facilmente e nos aparece como a verdadeira história do acontecido. O passado não fala por si só, como alguns desses produtos podem fazer supor. É uma reconstrução feita pelos homens no presente e, portanto, marcado por experiências atuais. Por isso, as imagens do passado, transmitidas por diferentes veículos de comunicação, da mesma forma que podem nos esclarecer e nos ajudar a compreender melhor nossa realidade, também podem nos iludir. Pense na sedução exercida pela publicidade e pelos produtos anunciados. Você sabe que esses produtos, frequentemente, não são exatamente aquilo que as mensagens da propaganda apresentam. Da mesma forma, alguns jogos, minisséries e filmes podem vender uma falsa ideia de que as coisas aconteceram exatamente do jeito como esses produtos as representam. Estudar História deve ser, acima de tudo, tentar percebê-la, pensá-la e analisá-la criticamente, atendendo à necessidade de nos sentir e agir como sujeitos dela.

Por que agir? Em primeiro lugar, simplesmente porque a ação é uma atividade fundamental da condição humana. É como disse, há mais de dois mil anos, o poeta e dramaturgo romano Terêncio (185-159 a.C.): “Eu sou homem e nada do que é humano me é estranho”.

O estudo do humano não é exclusividade ou privilégio da História. Vários campos do conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia e a Religião, entre outros, na área das Ciências Humanas e Sociais, dedicam-se a explicá-lo, cada um a seu modo. A História nos oferece um tipo de reflexão que se distingue dos outros, ao privilegiar a dimensão temporal da existência humana. Por meio dela,

ficamos sabendo como os homens, em diferentes épocas e lugares, percebem-se enquanto atores sociais, a maneira pela qual se dá sua relação com os outros, integrando-se ou divergindo, e lutando entre si.

Pense um pouco: é possível superar momentos de crise ou resolver os problemas que nos angustiam sem refletir sobre eles, sem buscar suas causas e origens? Da mesma forma que acontece conosco individualmente e com o Brasil, a humanidade como um todo também passa por períodos de crise e enfrenta problemas angustiantes. A Crise de 1929, por exemplo, levou os norte-americanos a buscarem soluções para o desemprego em massa por ela acarretado. Outro exemplo são os movimentos xenófobos e racistas que afloram na atualidade e que, assim como há décadas ocorreu em relação ao nazifascismo, devem ser francamente rejeitados e criticados. Só a História permite identificar as razões reais desses problemas e agir com eficiência para solucioná-los.

Quando somos capazes de perceber nosso passado histórico, temos condições de agir sobre a realidade. No dia a dia, quantas vezes você não se defronta com injustiças ou fica indignado diante de episódios de violência ou corrupção? Para se posicionar contra esses fatos – em uma conversa com amigos, ao participar de uma manifestação de rua, ou mandando um e-mail para um político desonesto –, é indispensável saber por que eles ocorrem. É importante identificar situações semelhantes ocorridas em outras épocas ou relembrar soluções que já foram apresentadas para resolver alguns desses problemas que, por qualquer razão, foram esquecidos ou apagados da memória. Essa consciência nos capacita a atuar sobre a realidade e nos transforma em agentes do processo histórico. Nesse sentido, mais do que mero prazer ou opção profissional, a História é uma necessidade humana e social.

No cotidiano você toma várias decisões que envolvem o conhecimento histórico, como quando exerce o direito de voto depois de se informar sobre o desempenho do seu candidato; o que ele fez, o que defende. Ao agir assim, mais uma vez você buscou no passado elementos para uma ação no presente – no caso, votar.

Mas o conhecimento histórico não serve só ao progresso e à maior compreensão do homem sobre si mesmo. Infelizmente, indivíduos e grupos contrários aos avanços sociais sempre se apoiaram na História para garantir o poder e manter seus privilégios. Numa situação social em que há demanda por mudanças, é comum circular a ideia de que as coisas sempre foram dessa forma e, portanto, não podem nem devem ser alteradas. Nesse caso, busca-se o passado para naturalizá-lo, e, com isso, retirar-lhe a historicidade. Essa forma de manipulação da História se transforma, assim, em poderosa arma de grupos que não querem perder privilégios alcançados ou que querem justificar uma situação de dominação. Vejamos o exemplo do processo de escravização de africanos entre os séculos XVI e XIX. Você acredita que alguém pode ter nascido para ser escravo? Ou que alguns seres humanos possam ter propensão natural para aceitar uma situação como essa? Pois na época era dito que esses povos já estavam acostumados à escravidão, uma vez que existia há muito tempo na África. Com isso, procurava-se naturalizar, generalizar e eternizar uma situação vivenciada por alguns grupos africanos em contextos muito específicos e completamente diferentes do que representava o tráfico negreiro e a escravização em massa de africanos durante o processo de colonização das Américas.

Desde a Antiguidade a História é retratada como mestra da vida. É claro que se trata de uma figura de linguagem, porque na prática o homem tem desprezado muitos ensinamentos importantes da mestra História. Prova disso são vários problemas e dramas que envergonham nossa época e que poderiam ser evitados ou reduzidos se levássemos a sério as lições históricas: massacres religiosos, extinção de animais, guerras e pessoas morrendo de fome enquanto toneladas de alimentos são destruídas para diminuir a oferta e aumentar o preço desses produtos no mercado internacional.

Se a possibilidade de projetar o futuro é uma das razões para se estudar História, é impossível deixar de lado a questão do meio ambiente. Desde que derrubou a primeira árvore com um machado de pedra lascada, o homem nunca se preocupou tanto com a natureza como agora. A preocupação se justifica: a destruição das florestas, a extinção de espécies, o desperdício de água, a poluição do ar e dos oceanos, dentre outros crimes ecológicos, representam um risco para o planeta. Há historiadores, inclusive, que comparam as expedições

marítimas dos séculos XV e XVI com as modernas viagens espaciais. Ambas seriam tentativas de descobrir lugares que o homem pudesse colonizar para garantir sua sobrevivência diante de crises – a da busca por novos mercados, no tempo de Cabral, e a crise ambiental em nossos dias.

Um aspecto positivo é que a gravidade do problema tem sido reconhecida por um número crescente de governos e organizações, aguçando nossa sensibilidade na busca de soluções. Não é por acaso que um novo ramo da produção historiográfica – a História Ambiental – vem se destacando e ganhando adeptos.

É nesse sentido que a História se apresenta e se impõe como ferramenta, tanto para conhecer a realidade quanto para agir sobre ela. É preciso levar em conta, no entanto, que cada um de nós tem uma percepção diferente da realidade, e isso acontece porque somos diferentes. Você não apenas vive em comunidade com outros seres humanos, mas eles são diferentes de você no pensamento, nas atitudes, nos valores e assim por diante. E o curioso é que todas essas diferenças não impedem que tenhamos afinidade com um grande número de pessoas, ao mesmo tempo em que somos constrangidos a conviver com outras de quem não gostamos.

Ao explicar a origem das diferenças e das contradições entre os homens, ao proporcionar o conhecimento de outras maneiras de ser e viver, experimentada por seres humanos que viveram em outras épocas, em outros espaços e em outras culturas, a História nos ensina a conviver melhor com as diferenças existentes em nosso meio social e, assim, pode nos ajudar a ser mais tolerantes – o que nem sempre é fácil, mas é fundamental. Com isso passamos a nos familiarizar com outro conceito importante do moderno estudo da História: o do multiculturalismo. Como a própria palavra sugere, multiculturalismo significa a coexistência de múltiplas tradições e costumes, isto é, de diferentes culturas, no bojo da humanidade. É impossível entender a China moderna ou a realidade dos países muçulmanos, por exemplo, sem conhecer as raízes históricas e culturais desses povos.

É nosso dever, portanto, não apenas identificar as raízes do multiculturalismo, mas aprender a conviver com a diversidade e desenvolver uma postura de empatia em relação a tradições distintas das nossas. Nunca é demais afirmar: se a História não nos auxiliasse em mais nada, só o fato de nos ensinar a respeitar quem é diferente de nós já seria motivo suficiente para nos dedicarmos a estudá-la.

Esse comportamento tem mão dupla. Quando enxergamos a diversidade presente em nosso mundo contemporâneo, também podemos compreender que, no passado, não era diferente, ou seja, que o passado também comportou formas diferenciadas de ser e de viver. Dessa maneira, expressões como “antigamente era assim” podem ser relativizadas, quando passamos a nos perguntar: sobre qual “antigamente” estamos falando? A qual época nos referimos? De qual cultura tratamos? Dentro de uma mesma cultura, a qual grupo social nos referimos? Será que determinado modo de vida ou valor pode ser generalizado, por exemplo, para homens e mulheres de uma mesma época e lugar? Passar a compreender a diversidade que caracteriza diferentes épocas – tanto no presente quanto em qualquer momento do passado – significa pensar a realidade considerando-se distintos pontos de vista, tendo em conta as diferenças entre homens e mulheres, entre variados grupos étnicos ou entre diferentes classes sociais.

Imigrantes bolivianos no carnaval em São Paulo



A História nos ajuda a compreender costumes e tradições diferentes dos nossos, o que propicia a rica experiência da convivência multicultural. Na foto, imigrantes vestidos em trajes típicos de seu país dançam no carnaval em São Paulo.

História e transformação

Ao interagir com as outras pessoas, temos necessidade de nos posicionar, de emitir opiniões, de buscar explicação e sentido para uma série de questões que nos inquietam. E, ao agirmos, inspira-nos a possibilidade de mudança, de transformação. A moderna noção de História supõe movimento, sugere dinamismo. Como bem expressou o escritor e aristocrata italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957) em seu romance *Il Gattopardo* (O Leopardo), mais tarde adaptado para o cinema: “Se queremos que tudo continue como está é preciso que tudo mude”. Se o dinamismo da História produz constantes mudanças, isso não significa necessariamente progresso. Dependendo do ponto de vista, as mudanças também podem representar perda, retrocesso ou estagnação.

Há várias concepções de progresso, todas associadas à noção de avanço. Na perspectiva capitalista, o progresso busca sempre obter ou ampliar o bem-estar material. No entanto, o progresso pode significar também a obtenção de avanços morais. Nessa concepção não é aceitável, por exemplo, que o desenvolvimento tecnológico resulte no controle da privacidade dos indivíduos ou na destruição ecológica do planeta, pois isso compromete a liberdade e a sobrevivência humanas.

Há mudanças instituídas com o propósito de pouco ou nada alterar a realidade. E como isso seria possível? Por exemplo, quando um grupo apropria-se do poder

por meio de um golpe de Estado e estabelece alterações na organização política do país, mas mantém intacta a estrutura social. Isso representa uma mudança apenas aparente. Transforma-se o que é mais visível e se conserva o que é estrutural e com isso fica a falsa impressão de que tudo mudou. O político mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), às vésperas da Revolução de 1930, que pôs fim ao período histórico conhecido como República Velha, disse: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”. Nesse e em outros episódios, grupos que detinham o poder político e econômico realizaram mudanças superficiais para evitar mudanças radicais e profundas que poderiam advir de uma possível mobilização popular e que colocariam em risco seus interesses e privilégios.

Assim, tal como a ideia de diferença, a noção de mudança é essencial para entender por que a História é um conhecimento em constante construção. Embora a transformação seja permanente ao longo do tempo, o ritmo e a dimensão das mudanças que acontecem hoje em dia, em todas as áreas, são incomparavelmente maiores do que um século atrás. Como é fácil observar, o homem moderno tem dificuldade em adaptar-se à nova realidade – inclusive no que se refere aos métodos e diretrizes da pesquisa histórica. A História é interpretada conforme a ótica e os valores de cada época. A análise que fazemos hoje do processo de escravização dos indígenas em nosso país é muito diferente da realizada há 50 anos. Com o estudo de fontes só agora conhecidas, sabe-se, por exemplo, que os escravos no Brasil desenvolviam diversas formas de negociação com os seus senhores para que pudessem obter alforria ou maior liberdade em suas manifestações culturais e religiosas. Em síntese, a História é continuamente reescrita.

Em função de tantas mudanças e da quantidade de obras e fontes de informação disponíveis, com destaque para a internet, é cada vez mais necessário refletir sobre o que se aprende. É só pela reflexão que podemos ter clareza e discernimento para formular nossas próprias respostas aos desafios da atualidade, auxiliados pelas ferramentas que a História nos oferece. Em outras palavras, as informações que chegam até nós não podem ser assimiladas de forma passiva, mas devem ser filtradas por nosso senso crítico. Afinal, nunca é demais insistir: o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas um processo,

ou seja, em continuada transformação.

Um dos grandes erros que se pode cometer no estudo da História e que é reforçado pelo ritmo cada vez mais veloz da vida contemporânea é o de “zerar” o passado (os intelectuais usam a expressão “fazer tábula rasa do passado”), como se apenas o presente importasse. Entretanto, como alerta o historiador inglês Eric J. Hobsbawm (1917-2012):

Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca, a partir do fim do segundo milênio. Por esse motivo, porém, eles têm que ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (HOBSBAWM, 1998, p.13)

Busquemos, então, compreender o lugar do passado no estudo da História. A relação dos homens com o passado tem dimensões distintas no tempo e no espaço, sendo vivenciada de formas diferentes conforme o contexto. É verdade que, por definição, como destaca o historiador francês Marc Bloch (1886-1944), o passado não pode ser modificado. O conhecimento e as interpretações sobre ele, no entanto, estão em permanente mudança. Pense, por exemplo, na maneira como os historiadores europeus do início do século XV produziam suas obras. Seu conhecimento em todos os campos do saber era limitado: eles ignoravam a existência do continente americano e escreviam sobre realidades locais, interpretando a História unicamente pela ótica da Europa.

A conclusão é de que, por mais que nos empenhemos em reconstituir o passado, só alcançaremos esse objetivo em parte. Ainda que o esforço seja imenso, é impossível abranger todas as circunstâncias e fatos da História. O que conseguimos recuperar, por meio de diferentes registros e suportes, é sempre uma fração do passado. E mais: mesmo esses registros parciais que resgatamos – também conhecidos como fontes históricas – podem ser imprecisos e não

expressar os fatos da forma como teriam acontecido. As fontes nos aproximam dos fatos. Mas, ainda assim, esses não são reconstituídos por completo.

Somos sempre seletivos na busca pelo passado. A memória e as pesquisas conseguem restabelecer apenas “fatias” de nossa vida ou do passado da humanidade. Incompleta, essa reconstituição será necessariamente descontínua. Um filme sobre Roma Antiga ou sobre a Idade Média não retrata a realidade integral dessas épocas, mas fragmentos que são interligados e têm sentido dentro de um roteiro cinematográfico.

Também vale lembrar que a perspectiva da História e as razões para estudá-la variam com o passar do tempo. Hoje é impossível separar a compreensão da História, por exemplo, da busca pela paz entre os povos, uma questão cada vez mais urgente devido, dentre outros fatores, ao acesso de alguns países – considerados politicamente instáveis e com histórico de conflitos – à tecnologia de fabricação de armas atômicas. É o caso da Coreia do Norte, Irã, Índia e Paquistão, entre outras nações.

Outro detalhe é que certos conceitos-chave que sempre explicaram a História – como Estado, nação e ideologia – se tornaram ultrapassados e não conseguem mais expressar satisfatoriamente a realidade deste início de milênio. Não é que tenham perdido a validade ou desaparecido, mas precisam ser revistos e complementados por conceitos novos: globalização, transnacionalidade, multinacionalidade, fundamentalismo, pluralismo. Um exemplo dessa nova forma de pensar a História é o do grupo de historiadores europeus que vem buscando, em face da realidade da União Europeia, os fundamentos para uma visão histórica que destaque mais as semelhanças entre seus países do que as diferenças, empenhando-se em promover a aproximação deles, em vez do afastamento.

A iniciativa desses historiadores indica outro aspecto do estudo da História: não se pode assumir uma postura saudosista em relação ao passado, sob pena de

comprometer a percepção do presente e a perspectiva do futuro. “Ah, no meu tempo é que era bom!” No campo da História, como em outras áreas, essa idealização do passado é sinônimo de estagnação e de temor diante do novo, embora o receio dos saudosistas se justifique em parte. Afinal, quem não fica perplexo e assustado ao assistir pela televisão, ao vivo, no momento em que acontecem, eventos como os terremotos ocorridos no México em setembro de 2017, ou os recentes genocídios perpetrados em países do mundo árabe.

Não se trata de banir o passado, mas de não nos deixar dominar por ele. O que importa é manter com o passado uma relação ativa, o que significa servir-se de suas lições para melhor compreender nossa sociedade e nosso tempo. Nunca é demasiado lembrar: a História não é um culto aos mortos, é um conhecimento dos vivos e para os vivos.

História e vida

História é vida. Não há nela nada de parado ou estático – é um processo permanente de mudança, de transformação. Imagine se você conhecesse seu futuro ou o futuro do seu país. Qual a sua motivação para continuar a viver? Que sabor teria a vida?

Então podemos deduzir que o ponto de partida da História é sempre o presente – para entendê-lo, preservar o que ele tem de bom ou transformá-lo. O passado em si é inerte. Quem lhe dá vitalidade e lhe imprime movimento somos nós, que o interrogamos e agimos sobre ele. Não se recorre ao passado por simples passatempo ou na tentativa de alterá-lo. A realidade que deve ser transformada é a nossa, a realidade de hoje.

É um engano exigir a passagem de determinado período de tempo para analisar acontecimentos históricos. Não é esse distanciamento temporal que tornará mais

clara e objetiva a compreensão dos fenômenos. Pelo contrário. É exatamente por participar do presente – como objetos e, simultaneamente, como sujeitos – que precisamos de maior clareza e capacidade crítica. O que faz falta, sim, são instrumentos que facilitem o exercício e a expressão da análise. No caso do historiador, seu equipamento fundamental de trabalho é a palavra ou, mais precisamente, são os conceitos. Eles vão adequar e tornar exatos os termos usados no estudo da História.

A História também possui caráter prospectivo, o que quer dizer que é possível projetar ou delinear o futuro valendo-se do conhecimento histórico. Não se trata de fazer previsão, mas de concluir que a realidade futura terá prováveis desdobramentos a partir das indicações ou tendências de hoje. Para realizar essa projeção é preciso dominar as informações do presente. Quanto mais conhecermos o presente maior será nossa capacidade de delinear aspectos do futuro.

Nessa dimensão, dentre as angústias modernas se destaca, sem dúvida, a preocupação com o trabalho. E é a História, mais uma vez, que nos esclarece sobre as causas da crise do desemprego – e que também indica saídas baseando-se no conhecimento do passado. Se é verdade que o desenvolvimento científico e tecnológico tem proporcionado extraordinários avanços, ao mesmo tempo atinge seriamente as relações e as condições de trabalho de milhões de pessoas no mundo inteiro. Quem não se defronta com essa questão na prática? Não é mera coincidência que tantos especialistas, incluindo historiadores, se dediquem a estudar as relações de trabalho de outras épocas e lugares, inclusive no Brasil. Entre nós merece destaque o fenômeno da escravidão, que marcou a estrutura das relações de trabalho no país e é causa histórica de problemas que persistem até hoje. Há na sociedade brasileira um grande desprezo pelo trabalho braçal, antes só realizado por cativos e atualmente desempenhado em grande parte por afrodescendentes que recebem em média salários menores do que os dos trabalhadores brancos, em sua maioria também pobres e explorados. Sem esquecer a discriminação social que, infelizmente, se manifesta em nosso país.

A História é complexa, o que torna igualmente complicada sua compreensão. Maior que a dificuldade, no entanto, é o fascínio que a História exerce sobre nós. É difícil descrever os encantos de Clio – musa mitológica que os antigos gregos consideravam a deusa da História – e impossível resistir a eles.

Como bem interpretou o citado Eric Hobsbawm, uma pergunta essencial se impõe no estudo da História: como a Humanidade passou do homem das cavernas para o astronauta, de um tempo em que éramos assustados por tigres de dentes de sabre para um tempo em que somos assustados por explosões nucleares, isto é, não assustados pelos perigos da Natureza mas por aqueles que nós mesmos criamos?

1917 no Brasil: fim da greve geral em São Paulo



Para entender problemas da nossa atualidade como o crescente desemprego, é importante olhar para a forma como se deu historicamente a exploração do trabalho no Brasil.

Este é, em suma, o fundamento da História, seu para quê mais profundo: dar sentido à vida pela compreensão de uma totalidade da qual fazemos parte; dar sentido social primeiramente à pequena comunidade que nos rodeia, depois à espécie humana como um todo e, finalmente, num exercício de imaginação, à coletividade dos seres racionais e livres do universo.

Capítulo 2

A História e sua construção

O conhecimento é um processo e, portanto, a verdade também o é.

Adam Schaff (1913-2006), filósofo polonês

Tal como nós a entendemos, a História surge na Grécia Antiga, provavelmente no século V a.C. Foram os gregos que iniciaram, de maneira sistemática, o relato testemunhal ou pessoal do que se observava e se vivia. Um exemplo são as narrativas orais ou escritas das frequentes guerras em que as cidades-Estado da Grécia se envolviam. Os antigos gregos iniciaram a narrativa de seu presente – que é o nosso passado – e em linhas gerais essa forma de conceber e apresentar o conhecimento histórico se manteve por muitos séculos.

A ideia de que a História é uma simples sucessão de fatos interligados por uma relação de causa e efeito foi superada. Por essa concepção, era como se a História se resumisse a descrever o encadeamento automático e progressivo dos acontecimentos, suas causas e consequências, em linha reta. Hoje a visão é outra. História é ação, dinâmica, processo. Assim, é espaço de conflitos e de contradições.

Como está em permanente construção, a História não admite definição única. Cada época, cada contexto, cada realidade social formula seu conceito de História. Se às vezes nos surpreendemos diante de novas informações ou com

uma interpretação diferente da que considerávamos óbvia é porque, em alguma medida, ainda esperamos que as coisas tenham explicação única e definitiva. A História nos ensina que não é assim.

Quantas vezes você já leu ou ouviu versões diferentes sobre determinados fatos? Alguns exemplos ligados à nossa História: o Brasil foi descoberto por acaso ou intencionalmente? Os portugueses foram os primeiros europeus a desembarcar no continente sul-americano ou outros estiveram aqui antes deles? Os escravos sempre foram dóceis e submissos – ou não? Os negros foram escravizados porque eram mais fortes e mais bem adaptados ao trabalho braçal do que os índios ou houve outras razões?

Qual a versão correta? Quem está com a razão? Qual a verdadeira História?

Nesse terreno não existe apenas preto ou branco, certo ou errado, verdade ou mentira. Se os homens e as sociedades são diferentes, as formas de identificar e analisar os acontecimentos históricos são igualmente distintas. Um exemplo típico é o da Guerra do Paraguai, que durou de 1864 a 1870 e que tinha, de um lado, a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e, de outro, o Paraguai. A versão repetida nos países aliados é a de que Francisco Solano López (1828-1870), ditador do Paraguai, era um tirano sem escrúpulos que queria invadir os territórios vizinhos para ampliar seus domínios. Os paraguaios, por outro lado, consideram López um herói, desmentem que tivesse pretensões de conquista e garantem que a guerra aconteceu por pressão da Inglaterra, a maior potência da época, que desejava impedir o desenvolvimento e a autonomia de seu país. São duas interpretações, há outras e poderão surgir mais. O que importa assinalar é que nenhuma das versões está errada ou é falsa. As interpretações dependem da época e de quem as elabora.

É importante saber como a História se constrói e também que nós a construímos, pois é fruto da ação humana. Só conseguimos assimilar e agir sobre o que conhecemos. Isso vale para o aprendizado da disciplina: ao compreender como a

História é construída você entenderá a maneira como seu professor explica os conteúdos na sala de aula e terá maior facilidade em apreendê-los.

Se nossa perspectiva da História se altera constantemente – o presente de hoje não será o de amanhã – e se a História admite diferentes enfoques ou versões, tudo o que conhecemos a respeito de um fato é uma verdade atual. Em outras palavras, novos estudos e informações podem alterar (e normalmente alteram) essa verdade. Isso não quer dizer que estávamos errados, mas que a descoberta de fontes inéditas e ainda a possibilidade de enxergar novos dados e construir novas interpretações, a partir de fontes já existentes, abrem caminho para uma nova visão, para a elaboração de nova – e também temporária – verdade.

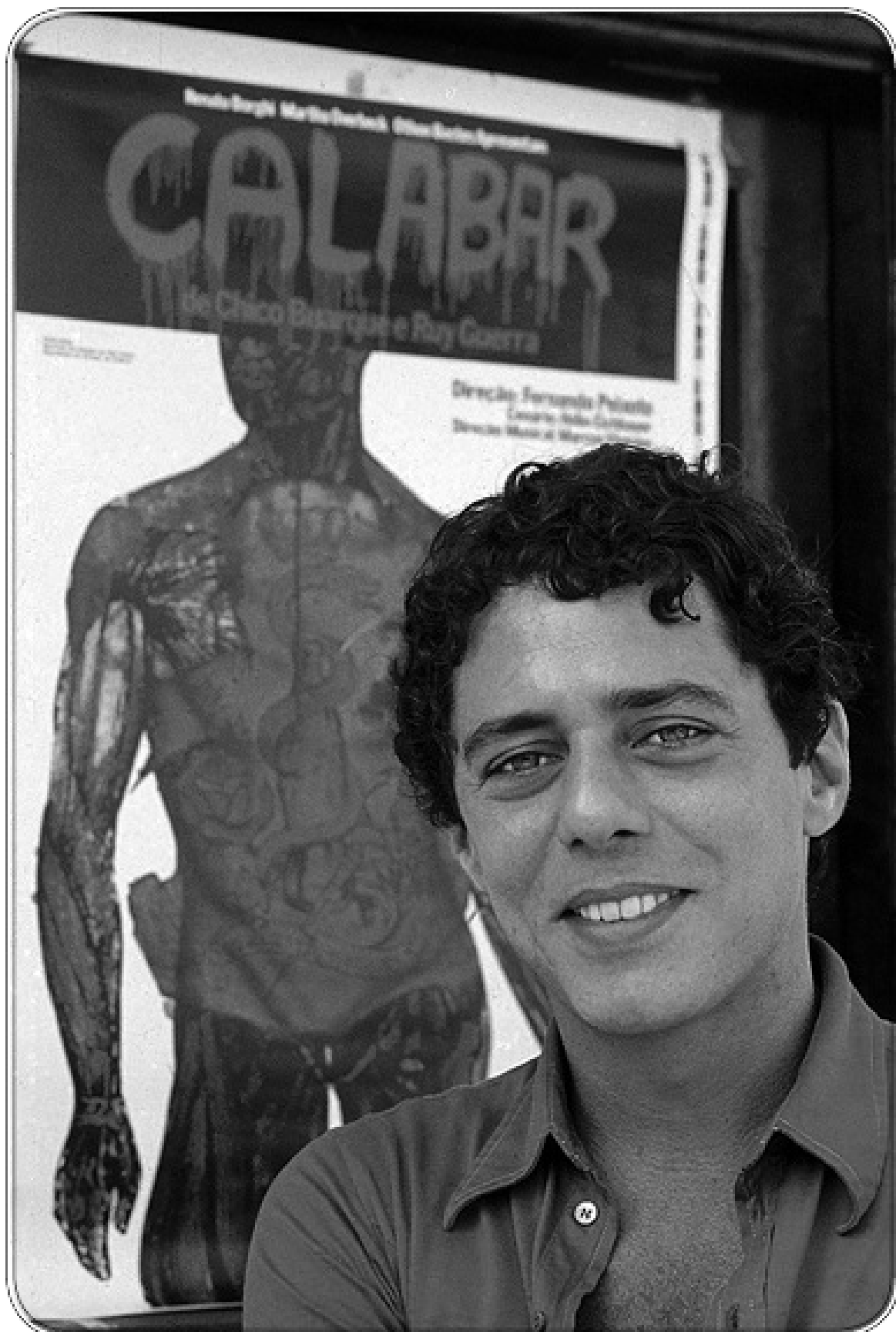
A verdade histórica é sempre revisitada, revista e refeita. Não é algo pronto e acabado. À nossa espera. Ela se transforma porque mudam a época, a maneira como elaboramos nossos questionamentos e, em decorrência, nossas motivações para estudá-la. A verdade histórica é sempre relativa. Aliás, não só a verdade histórica. De acordo com o filósofo francês René Descartes (1596-1650), para que a ciência e o conhecimento avancem em qualquer área é indispensável que exista uma dúvida metódica em torno deles. A dúvida honesta e imparcial é condição essencial para o avanço da ciência. É fundamental desconfiar de que, apesar de toda boa-fé e esforço na definição de uma verdade, ela pode conter erros, lacunas ou distorções. Se não for assim, se tudo o que sabemos sobre determinado assunto for considerado verdade absoluta e não puder ser modificado, não haverá mais ciência, progresso e liberdade de pensamento.

Se o conhecimento histórico fosse estático, uno e definitivo, também não haveria necessidade de historiadores e professores de História. Bastaria recorrer, quando necessário, a uma grande central de dados. Teríamos um ponto de vista exatamente igual ao de nossos antepassados e as futuras gerações, um ponto de vista igual ao nosso.

Fique claro! Não se trata de relativismo. Compreender a construção do

conhecimento e das verdades históricas como algo que pode variar no tempo, que é mutável, não significa dizer que “vale tudo” na construção desse conhecimento, ou que tudo depende exclusivamente de juízo de valor. A História não é espaço para julgamentos, não é um tribunal. Os fatos históricos são o que são, independentemente de nossas preferências e valores.

O julgamento histórico de Domingos Fernandes Calabar (1600?-1635) é exemplo típico do que acontece quando a análise crítica cede lugar à opinião e aos juízos de valor. Calabar era senhor de engenho em Pernambuco no início do século XVII e se destacou na luta contra os invasores holandeses. Por alguma razão ele mudou de lado – como vários outros pernambucanos – e passou a apoiar a Holanda. Com bom conhecimento da região, Calabar garantiu importante vantagem para os holandeses, que ocuparam boa parte da atual Região Nordeste. Declarado desertor e traidor, Calabar foi capturado, julgado e condenado a morrer no garrote, um tipo de estrangulamento. Ele afirmou até a morte que era patriota. Mas, apesar disso e de sua controvertida condenação, a historiografia tradicional continua a considerar Calabar um traidor da pátria.



Em 1973, Chico Buarque e Ruy Guerra escreveram a peça Calabar: o elogio da traição em que dão tratamento diferente do que é dado pela historiografia tradicional à trajetória do controverso personagem-título. Escrito durante a ditadura militar, o texto faz alusões à conjuntura política dessa época e teve sua primeira montagem proibida pela censura.

A produção do saber histórico

Se o conhecimento histórico é relativo, o mesmo não ocorre com os fatos. Acontecido há cinco minutos ou há 5000 anos, um fato não pode ser alterado. Só que os fatos em si não constituem a História; eles são referências que orientam a interpretação histórica, mas não são a História.

Sabemos, é claro, que há realidades e contextos históricos semelhantes, mas ser semelhante não significa ser igual. Os fatos e, em última instância, a própria História, são únicos e irreversíveis. O que muda são as interpretações e versões sobre os fatos. Consequentemente, em História não existe “se”. O conhecimento histórico pressupõe realidades efetivas e fatos concretos.

São os historiadores que, depois de pesquisar e analisar, atribuem importância a determinados fatos e os qualificam como históricos. A definição de fato histórico, portanto, não obedece a padrões fixos ou genéricos. O que é fato histórico para uma pessoa pode não ser para outra.

Certos acontecimentos, no entanto, por causa de seu impacto e consequências, têm importância histórica independentemente da linha de interpretação dos historiadores. O movimento das Diretas Já, por exemplo, que levou milhões de brasileiros às ruas, em 1984, para exigir a realização de eleições diretas para

presidente da República (o país ainda vivia o período da ditadura). É improvável que algum historiador negue que aquela gigantesca mobilização foi fundamental para abalar os alicerces do regime militar e transformar a vida política do Brasil. O mesmo pode-se dizer em relação à queda do muro de Berlim, em 1989, e ao fim da União Soviética, em 1991. Difícil encontrar quem duvide que esses dois fatos modificaram radicalmente os rumos da política internacional e a correlação de força entre as grandes potências.

Um equívoco que deve ser evitado a todo custo no estudo da História é o de interpretar uma realidade passada com conceitos da realidade atual. É o que se chama anacronismo. Vale repetir: estudar História não é simplesmente recuar no tempo. Para estudar o passado é preciso “tirar a roupa” do presente, colocar-se no lugar dos que viveram noutras épocas e lugares e, a partir daí, interpretar. Por isso estudar História é uma via de duas mãos: presente/passado e passado/presente.

Exemplo de como é possível distorcer o passado por julgá-lo com os valores do presente é imaginar que o Brasil Colônia (fase que se estendeu do século XVI até o XIX) era um país e tinha os limites geográficos de hoje. Errado. Para começar, nem éramos brasileiros – o termo não se aplicava aos naturais da terra, mas a quem se dedicava a explorar o pau-brasil. Como o novo território pertencia a Portugal, também não tínhamos autonomia política. Não existia sequer o conceito de Brasil como Estado e nação. Tudo o que havia eram focos esparsos de povoamento e ocupação separados por dezenas ou centenas de quilômetros. Mesmo a instalação de um governo geral na Bahia, em 1549, não foi capaz de assegurar unidade política à Colônia. O Brasil adquiriu sua atual configuração territorial e cultural por meio de um longo e incerto processo histórico – não como consequência automática e inevitável de Cabral ter ancorado aqui.

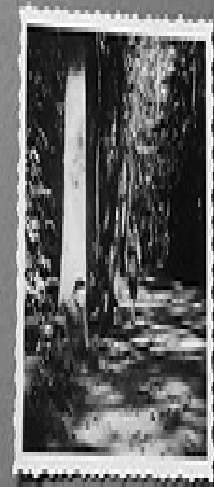
Outro exemplo de anacronismo pode ser verificado quando olhamos para o tipo de relação amorosa que se estabelecia entre homens, na Grécia Antiga, e o classificamos como uma relação homossexual. Quando fazemos isso, usamos

conceito atual para tentar explicar realidade muito diferente da nossa, em termos de valores, experiência e atribuição de significados. A relação amorosa entre dois homens gregos na Antiguidade não se enquadra naquilo que hoje reconhecemos como homossexualidade, embora, num primeiro momento, possa nos parecer a mesma coisa.

Ademais, a construção do saber histórico tem como matéria-prima a fonte, conceito dos mais abrangentes e elásticos. Fonte histórica é tudo o que pode fornecer informações sobre o passado: documentos escritos, documentos sonoros, cartas, testemunhas, objetos do cotidiano, instituições, fósseis, imagens, músicas, mapas, edifícios, jornais, obras de arte e qualquer outro tipo de material que aos olhos dos historiadores carreguem vestígios de épocas e acontecimentos... Como se vê, grande parte das fontes da História não foi produzida com o objetivo de informar ou perpetuar a memória, mas foram apropriadas como tal pelo fazer historiográfico.

Álbum de fotografia antigo

Monte da Siqueira



Várias fontes históricas fazem parte do seu cotidiano: anotações, arquivos de computador, documentos pessoais, objetos, roupas, fotografias, jornais, revistas. Se somos nós que construímos a História, todos esses itens do nosso dia a dia não deixam de ser fontes históricas.

A História se faz com fontes; elas são a matéria-prima da História. Contudo, História e fonte histórica não são sinônimos. O papel das fontes é fundamental, porém o ponto de partida da produção historiográfica é o questionamento que fazemos ao tema-objeto de nosso interesse – o que os especialistas chamam de problematização. São as perguntas que elaboramos como desafios iniciais à tarefa da pesquisa. Só depois da problematização é que partimos em busca de fontes que possam oferecer subsídios para o conjunto de nossas indagações (que recebe o nome rebuscado de problemática).

Então vale insistir: as fontes não têm sentido em si mesmas. Somos nós que, ao analisá-las, lhes atribuímos importância e valor. A fonte histórica, seja ela qual for, deve informar aquilo que eu desejo saber e não o que ela quer comunicar ou aparentemente comunica. Daí a importância de fazer as perguntas certas, de saber formular as indagações para obter respostas que atendam à problematização formulada.

É nesse diálogo com as fontes que começa a interpretação histórica e surgem as semelhanças e as diferenças em relação às análises elaboradas por outros pesquisadores.

Como você já deve ter deduzido, se cada um de nós pode propor diferentes questionamentos para as fontes históricas, sua capacidade de fornecer informações é inesgotável. Por mais que tenha sido consultada, uma fonte sempre oferecerá novas informações. Recorde-se: a famosa carta em que Pero Vaz de Caminha (1437-1500), escrivão que acompanhou a esquadra de Pedro

Álvares Cabral, conta a Dom Manuel I (1469-1521), rei de Portugal, a viagem e a chegada à nova terra em 22 de abril de 1500. Apesar de utilizada em incontáveis pesquisas, a carta de Caminha mantém-se aberta a novas problematizações.

Determinada fonte histórica pode ser importantíssima em um momento e depois perder a validade em favor de outra. É o caso de inúmeras informações disponíveis na internet e que são diariamente renovadas, modificadas, substituídas ou simplesmente apagadas.

Um mundo de fontes

Até pouco tempo, os documentos textuais eram a única forma digna do nome. A supervalorização deles está na base de uma periodização que classifica como pré-história tudo o que antecede o aparecimento da escrita. Mas será que somente por não produzirem fontes escritas os homens não produziam História?

Seja como for, os documentos textuais continuam sendo o tipo de fonte mais utilizada pelos pesquisadores. Eles dizem respeito à vida das pessoas (certidões, atestados, cartas, registros civis e policiais, inventários e testamentos, dentre outros) e à vida em sociedade (como, por exemplo, aqueles produzidos ou recebidos pelos governos, por órgãos da administração pública, pelos poderes Judiciário e Legislativo, por instituições religiosas, educacionais ou empresariais, além dos jornais e revistas).

Para o desenvolvimento de nossas pesquisas históricas, normalmente, nos dirigimos aos arquivos. No entanto, nem todas as fontes neles existentes, sejam arquivos públicos ou privados, encontram-se disponíveis. Autoridades, instituições e particulares proíbem ou restringem o acesso de historiadores e outros especialistas a fontes históricas, especialmente quando se trata de

documentos escritos. Muitos desses obstáculos permanecem por anos e até séculos, com o pretexto de preservar o anonimato de pessoas citadas ou evitar a divulgação de dados que comprometam a segurança nacional. Tais casos, no entanto, devem ser analisados criticamente. Afinal, até ocultar ou restringir o acesso a fontes históricas não deixa de ser, de certo modo, uma informação histórica. A ausência de informação é também uma informação – e quase sempre valiosa.

Arquivo Nacional



Os documentos que servem de fontes aos historiadores são guardados em arquivos públicos (municipais, estaduais, nacional, judiciários e ligados às casas legislativas) e também em arquivos privados, que vão desde os centros documentais de empresas e instituições até as coleções de papéis e objetos de caráter pessoal.

Hoje em dia, cresce a importância das fontes de outras e variadas naturezas. O relato oral é uma das mais tradicionais e vem recuperando prestígio na produção historiográfica. Na Antiguidade e na Idade Média, quando os livros eram escritos à mão e por isso mesmo raríssimos, a fonte verbal ocupava lugar de destaque. A preferência por documentos escritos só aumentou a partir da segunda metade do século XV, com a invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1394 ou 1399-1468).

A chamada História Oral é extremamente valiosa para os pesquisadores. A palavra falada é a base da comunicação humana e muitas vezes o único meio de transmissão dos conhecimentos e tradições de certos grupos sociais. Basta pensar nos países com grandes massas de analfabetos: será que sua História é menos válida por ser preferencialmente oral e não escrita? Claro que não. Ademais, não pense que tal procedimento ocorre apenas em coletividades formadas por aqueles indevidamente considerados excluídos da História. Também em certos espaços sociais alfabetizados, a oralidade se estabelece como regra e conveniência, a exemplo do que acontece no funcionamento de grupos e instituições clandestinas.

O registro e a utilização do patrimônio cultural imaterial das coletividades tem sido uma das práticas mais importantes, nos últimos tempos, em relação às fontes históricas. O patrimônio cultural são as manifestações culturais contidas nas práticas, nas tradições, no folclore, nos saberes e celebrações, nos modos de criar, fazer e viver, sobretudo os das minorias étnicas e das coletividades analfabetas. É tudo aquilo que não se expressa fisicamente, que, de geração após geração, vai sendo recriado, revelando a identidade cultural de uma coletividade.

Por isso, não é difícil perceber a relevância de se desenvolver pesquisas e estudos que tenham os bens imateriais como suporte documental.

Ao nos referirmos às fontes históricas, não podemos esquecer a literatura. Ainda que, ao contrário do historiador, o romancista e o poeta não tenham compromisso com a realidade dos fatos ou com a reconstituição do passado, seu trabalho pode ajudar a preencher certas lacunas do conhecimento histórico. A literatura auxilia o historiador a repensar e a ampliar o leque de seus questionamentos sobre a realidade. Na medida em que tratam da condição humana, a ficção e a poesia são instrumentos importantes para a análise da realidade. Sem falar que o prazer proporcionado pela leitura de um bom romance ou poesia histórica nos estimula a conhecer a História propriamente dita.

Incontáveis textos literários têm características históricas e alguns chegam a fornecer informações mais precisas e úteis do que trabalhos produzidos por especialistas. Quanto de História não se aprende com a obra de Machado de Assis (1839-1908), com Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), ou com Guerra e paz, do escritor russo Leon Tolstoi (1828-1910)? Leia com atenção este trecho do poema Mãos dadas, do mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987):

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considere a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

(...)

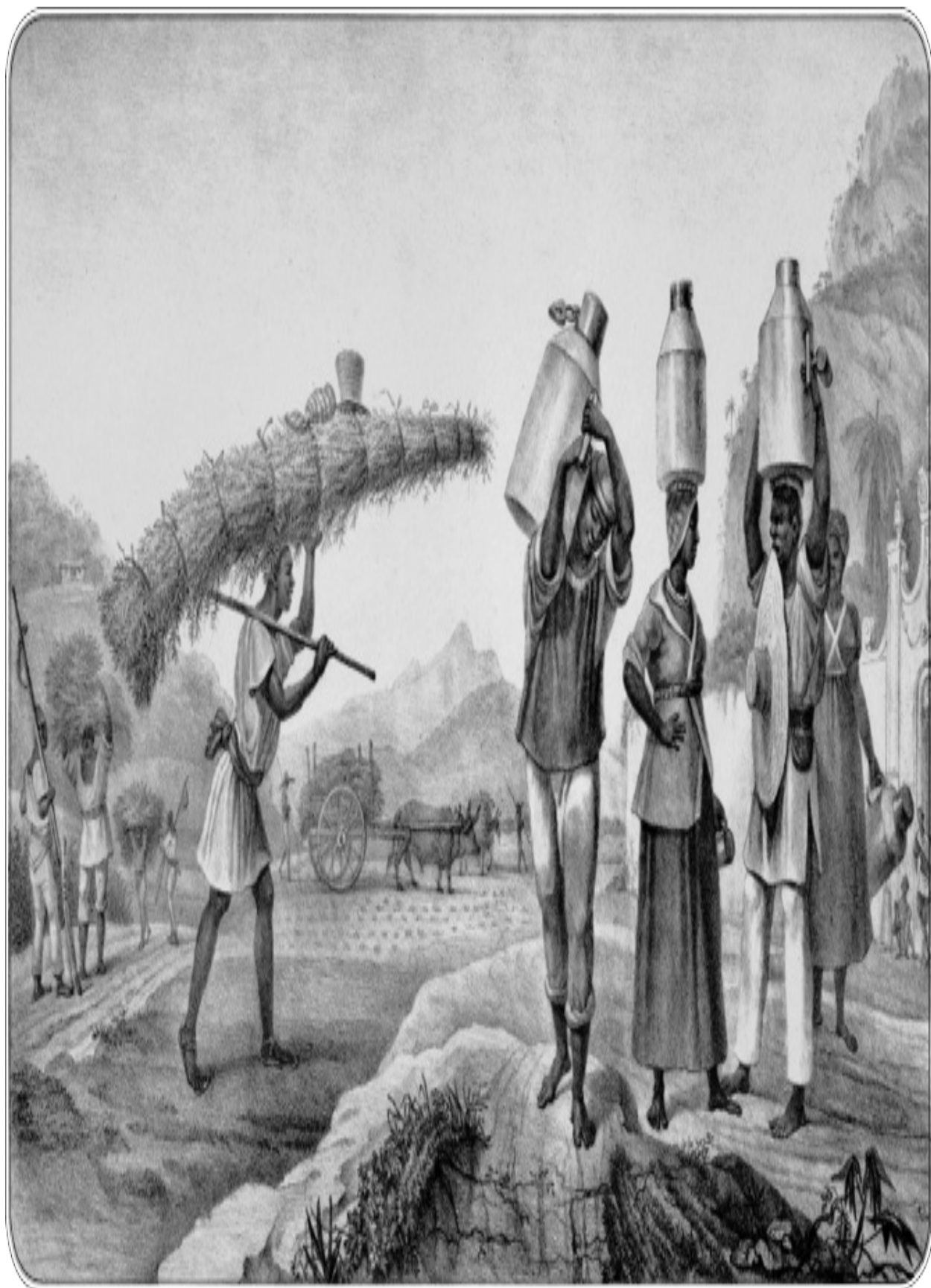
O tempo é a minha matéria, o tempo presente,

os homens presentes, a vida presente.

ANDRADE, 1980.

Destaque-se ainda a relevância que as imagens têm adquirido como documento. As imagens não são o retrato da realidade, mas a representação dela. De toda forma, são sempre importante fonte informativa da época, das pessoas e das sociedades em que foram produzidas. Veja o caso das obras de arte. Elas se expressam de variadas formas. Além das pinturas, dentre as fontes iconográficas podemos citar fotografias, documentários, filmes e anúncios de publicidade. Por tudo isso, é fácil deduzir sua vantagem, dependendo do caso, sobre as fontes escritas e orais.

Vendedores de leite e de capim , de Jean-Baptiste Debret



Ao examinar quadros famosos como a Mona Lisa, pintado por Leonardo Da Vinci (1452-1519), é possível identificar muitos aspectos da Itália de sua época. O mesmo se aplica a esta belíssima gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que morou no Rio de Janeiro de 1816 a 1831. Observá-la não é uma forma de conhecer o Brasil do século XIX?

Capítulo 3

O tempo histórico

O que é o tempo?

Se ninguém me pergunta, sei;
porém, se me pedirem para explicar, então não sei.

Santo Agostinho (354-430), teólogo e filósofo

Você conhece quem nunca se preocupou ou jamais comentou algo sobre a passagem do tempo? Em nossos dias, a preocupação com o tempo se tornou uma obsessão. É como se ele fosse um patrão cada vez mais exigente: nosso cotidiano obedece ao tempo, reclamamos de falta de tempo, desperdiçamos tempo, ganhamos tempo. Há tempo para dormir, para comer, para estudar, para se divertir. E o curioso é que, por mais que criemos mecanismos e artifícios para controlá-lo, o tempo sempre nos desafia e ao final nos vence. Ele se funde e se confunde com a vida, mas sempre nos escapa. Não conseguimos fazê-lo parar.

Já que o tempo faz parte de nossas vidas é fundamental conhecê-lo melhor. Você já imaginou quando e por que o homem tomou consciência da passagem do tempo e o incorporou no cotidiano? Já parou para pensar há quanto tempo existe o tempo?

Poucas coisas são tão próximas e, paradoxalmente, tão difíceis de definir e avaliar. Como, então, entender as três grandes noções associadas ao tempo: presente, passado e futuro?

Embora dimensionar o tempo seja fundamental para o estudo da História, ele não tem um conceito uniforme nem valor universal. O tempo existe em virtude de determinado fato ou realidade histórica. Um exemplo é o debate sobre quando o Brasil se tornou de fato independente. Para a maioria dos historiadores, conquistamos a independência política no 7 de setembro de 1822, quando o príncipe D. Pedro (1798-1834) teria proclamado “independência ou morte!”, às margens do riacho do Ipiranga, em São Paulo. Alguns estudiosos, no entanto, acreditam que a independência teve lugar em 28 de janeiro de 1808, quando o príncipe regente D. João (1767-1826), pai de D. Pedro e mais tarde rei de Portugal, abriu os portos brasileiros “às nações amigas”, emancipando comercialmente a Colônia. Há quem defenda que a independência só ocorreu em 1825, quando a Coroa portuguesa reconheceu o Brasil como nação soberana.

A noção de tempo abrange, pelo menos, duas modalidades: o tempo histórico (e, no interior desse, uma série de dimensões, que incluem, desde o tempo pessoal, marcado por ritmos diferenciados de vida, ao tempo social, com suas marcações próprias) e o tempo da natureza, também conhecido por tempo físico ou astronômico. A duração dos fenômenos históricos, por exemplo, é diferente da observada nos fenômenos naturais. Essas distinções representam as formas como os vários campos do conhecimento (ciências naturais, físicas, sociais) concebem a temporalidade. Desse modo, apenas para ilustrar, diria que o tempo de duração de um movimento revolucionário não pode ser medido com rigor e exatidão. Qual o tempo de duração da Revolução Francesa de fins do século XVIII? Quando começa e quando termina a Revolução Russa das primeiras décadas do século passado? Embora sejam dois fatos marcantes na História da Humanidade, têm duração absolutamente distintas e próprias.

Muito se discutiu no passado sobre a natureza do tempo. O principal debate era entre os que definiam o tempo segundo as ciências físicas e os que acreditavam

que devia prevalecer a noção do tempo histórico. A polêmica persistiu até 1905, quando um desconhecido físico alemão de 26 anos chamado Albert Einstein (1879-1955) divulgou sua teoria da relatividade. Juntamente com as descobertas da chamada Física Quântica, as ideias de Einstein demonstraram que o tempo não é uno, absoluto e linear. Como sugere o nome da teoria, ele é relativo.

Sendo contínuo, o tempo envolve permanente mudança. O tempo histórico também não é linear. É múltiplo. Não é a simples soma ou sucessão de fatos. Para analisá-lo é preciso considerar que o tempo abrange dimensões simultâneas que se interpenetram e se sobrepõem.

Falar de tempo histórico significa, portanto, falar de permanências e mudanças e de diferenças e semelhanças. Em uma mesma época, vemos conviverem aspectos que nos remetem a diversas temporalidades. Algumas epidemias consideradas típicas da Idade Média, e que já poderiam ter sido eliminadas há muito tempo, como o cólera, assolam parcelas significativas da população, em um momento em que assistimos a um avanço tecnológico que nos aproxima de um futuro ficcional. Como nos belos versos do dramaturgo e poeta alemão Bertolt Brecht (1898-1956):

Os tempos modernos não começam de uma vez por todas.

Meu avô já vivia numa época nova.

Meu neto talvez ainda viva na antiga.

A carne nova come-se com garfos.

Época nova não a fizeram os automóveis.

Nem os tanques.

Nem os aviões sobre os telhados.

Nem os bombardeiros.

As novas antenas continuaram a difundir as velhas asneiras.

A sabedoria continuou a passar de boca em boca.

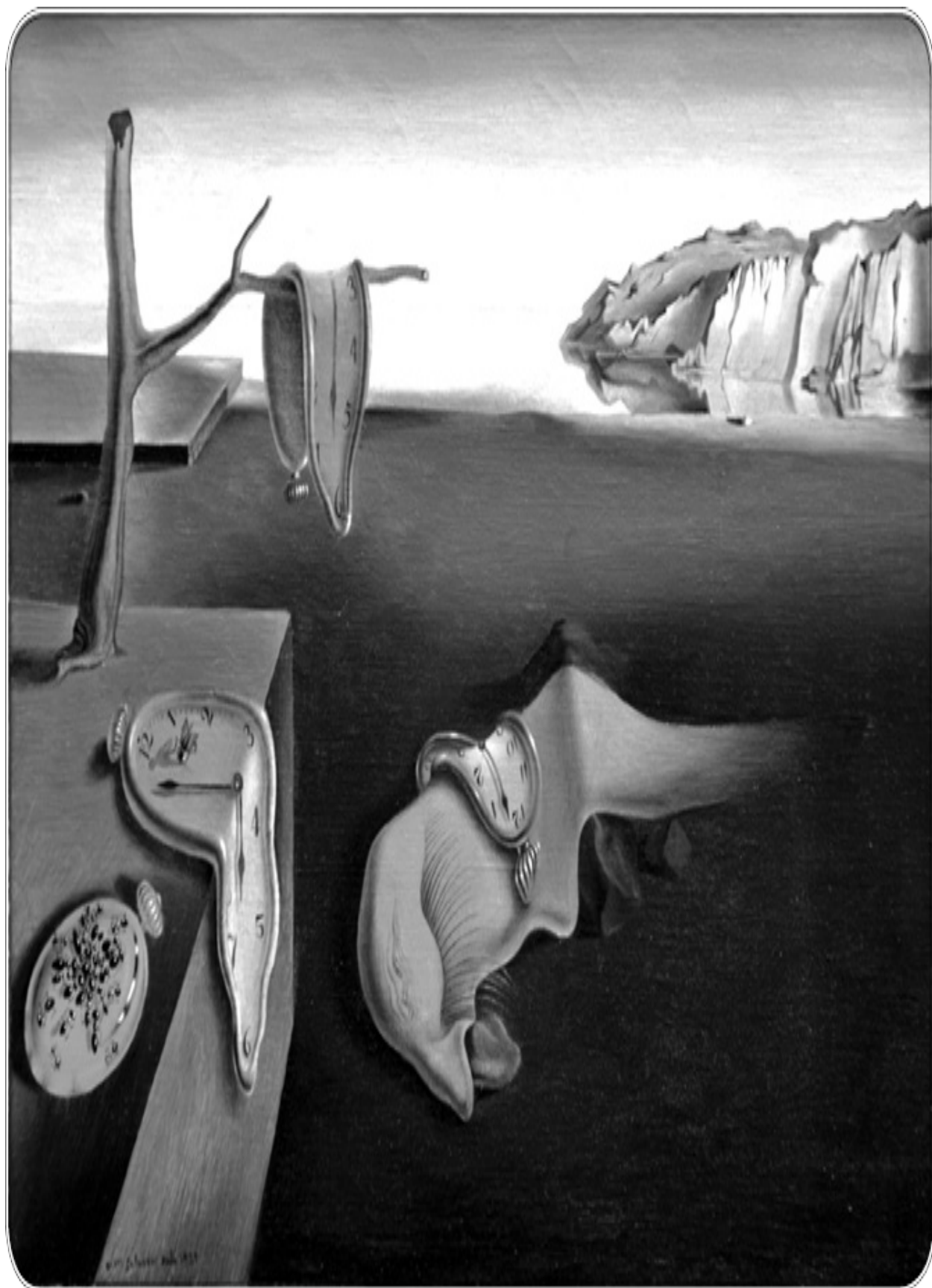
BRECHT, 1973.

Um dos pesquisadores que investigaram essa multiplicidade do tempo histórico foi o historiador francês Fernand Braudel (1902-1985). De acordo com ele, o estudo dos fenômenos históricos inclui três níveis: o tempo dos acontecimentos, de breve duração; o tempo das conjunturas, um período médio de 10, 20 ou 50 anos, no qual um determinado conjunto de acontecimentos se prolonga; e o tempo da longa duração, que abrange séculos e se caracteriza pela estabilidade.

Para tornar sua teoria mais clara, Braudel compara o tempo histórico às águas do oceano. O tempo dos acontecimentos é breve e móvel como a água que fica na

superfície, agitada pelo vento e a chuva. O tempo das conjunturas é a camada que fica logo abaixo, onde as águas são mais calmas e servem de apoio para a água da superfície. Por fim, o tempo da longa duração é representado pelo fundo do oceano, onde as águas são praticamente imóveis e sustentam as outras duas camadas. Como o oceano, o tempo é um só, mas inclui camadas temporais da mesma forma que o oceano inclui camadas de água. Nos dois casos, as camadas são sobrepostas e simultâneas.

A persistência da memória , de Salvador Dalí



O tempo e a memória foram temáticas recorrentes nas obras do pintor espanhol surrealista Salvador Dalí (1904-1989). Em A persistência da memória (1931), um de seus quadros mais famosos, relógios disformes sobrepõem-se a uma paisagem que lembraria a terra natal do artista.

Medidas de tempo

Para o estudo da História, o tempo é princípio e é fim. É ele que nos permite perceber, por comparação, o que muda e o que permanece. Com o objetivo de se orientar no cotidiano, projetar sua vida ou reconstituir o passado, o homem criou determinadas medidas de tempo. Por isso, ao estudar a História, utilizamos as unidades de medida do tempo astronômico: hora, dia, semana, mês, ano, século etc.

A hora tem como base o movimento de rotação da Terra sobre seu eixo, que leva 24 horas ou um dia para se completar. O ano, por sua vez, se baseia no movimento que a Terra faz em torno do Sol – a chamada translação – e que se completa em 365 dias ou 8.760 horas. Diferentemente de nós, alguns povos primitivos não baseavam sua noção de passagem do tempo no sol, mas na lua. Em cada um dos casos, a medição do tempo físico foi baseada no movimento dos astros.

Não se pode definir com exatidão o momento (olha o tempo aí de novo...) em que o homem sentiu necessidade de fracionar o tempo em dias, semanas, meses, anos, séculos, segundos, minutos, horas. O que se sabe é que as primeiras tentativas para medir o tempo aconteceram a partir da observação dos ciclos dos astros, em especial do ciclo lunar, há mais de 4.000 anos (o que significa mais de 48.000 meses ou 17.520.000 dias).

Falando em medir o tempo, a primeira coisa que vem à mente é o relógio, um item tão indispensável do nosso dia a dia quanto o computador e o celular. Mas você já parou para pensar que durante muitos séculos não havia relógios e que mesmo hoje, principalmente nas zonas rurais, milhões de pessoas no mundo inteiro regulam suas vidas pelos ciclos ou fenômenos da natureza e dispensam o relógio? Os mais velhos olham para o sol, a lua e as estrelas e dizem que horas são ou analisam o comportamento dos animais e sabem se vai chover e dentro de quanto tempo. Foi da observação atenta da posição e do movimento dos astros que surgiu o calendário.

Apesar de não representarem em si mesmos o objeto de estudo da História, os calendários são indispensáveis para que os especialistas fixem a data dos acontecimentos. Eles auxiliam o trabalho no campo da cronologia e da periodização.

É impossível (re)construir a História sem ordená-la no tempo, o que significa colocar os acontecimentos em ordem cronológica. Os fatos aconteceram em datas específicas e servem como referência na investigação histórica, mas isso não quer dizer que impõem padrões ou regras absolutas à tarefa investigativa. Até porque há fatos que podem ser datados com relativa facilidade e outros em que tal datação é impossível. A chegada do homem à Lua, por exemplo, ocorreu em um momento histórico perfeitamente definido – foi às 23 horas, 56 minutos e 31 segundos do dia 20 de julho de 1969, horário de Brasília. O início da Revolução Industrial, por outro lado, não pode ser fixado senão por aproximação: aconteceu em meados do século XVIII.

Como você já deve ter ouvido falar, também não existe um calendário único, mas uma característica comum é que todos os calendários partem de um marco que divide o tempo em antes e depois. No Ocidente esse marco é o nascimento de Jesus Cristo – por exemplo: estamos no ano 2018 depois de Cristo (d.C.); o filósofo grego Aristóteles nasceu em 384 antes de Cristo (a.C.). E o calendário ocidental continua válido mesmo que muitos questionem se Jesus nasceu mesmo no ano um e até se ele realmente existiu. Também é interessante considerar que

essa cronologia não foi criada e adotada pelos contemporâneos de Jesus Cristo, mas quase cinco séculos depois, no ano de 527, por decisão do imperador bizantino Justiniano I (482-565).

Já o nosso atual calendário entrou em vigor em fevereiro de 1582 e é resultado de um acordo celebrado em 1580 entre os monarcas europeus e o papa Gregório XIII (1502-1585) – daí por que é chamado de calendário gregoriano. O calendário gregoriano substituiu o antigo calendário juliano, instituído em 46 a.C. por determinação do imperador romano Caio Júlio César (100-44 a.C.) para unificar os inúmeros calendários adotados pelos povos conquistados por Roma.

Calendário asteca – chamado de "Pedra do Sol" – que tem no centro a representação do deus Sol Yanotih. Museu Nacional de Antropologia (México)



Domínio militar ou econômico nem sempre significa superioridade cultural. Antes de serem destruídas pelos conquistadores espanhóis, as chamadas civilizações pré-colombianas da América – maias, incas e astecas – alcançaram notável grau de desenvolvimento. Um exemplo são seus sofisticados calendários, prova de que eles se igualavam e até superavam os europeus em conhecimentos astronômicos.

A periodização da História

Há quatro mil anos, no Egito Antigo, os fatos eram assinalados a partir da instalação de uma nova família real ou dinastia no poder, sempre sob a autoridade de um faraó – o equivalente egípcio de rei. Já a China, país mais populoso do mundo e possuidor de tradição e cultura milenares, somente em 1911 passou a adotar o calendário gregoriano, para facilitar as relações diplomáticas e comerciais com outros países.

A datação de fenômenos históricos não é aceita sem questionamento. Como vimos, certos fatos do passado ocorreram em datas comprovadas e outros não – sua datação e duração dependem de como os interpretamos. Mas como identificar, analisar e demonstrar tais fatos? Resposta: fixando para eles não apenas uma, mas duas datas – a de seu início e a de seu fim. Só que essa não é uma tarefa simples. Usando uma expressão técnica, ao estabelecer o marco inicial e o término de acontecimentos cuja cronologia não pode ser comprovada, estamos caminhando no terreno instável da periodização histórica.

Vamos pensar juntos. Se você fizesse uma retrospectiva da sua vida, poderia dividi-la em etapas: o tempo em que você morou no bairro xis, a fase em que gostou de fulana ou fulano, o período em que estudou em tal ou qual escola. Ou, de forma mais ampla, você poderia dividir sua trajetória pessoal em infância,

puberdade, adolescência e juventude, não é mesmo? Pois ao agir assim você estará fazendo a periodização da sua vida – e, como em toda periodização, são fatos ou momentos que assinalam o início e o fim de cada fase.

No dia a dia você convive com jovens da sua idade. Será que a periodização que você estabeleceu para a sua vida também se aplica a eles? Talvez as fases e as características coincidam em linhas gerais, mas os fatos e os detalhes marcantes certamente mudam de pessoa para pessoa. Então, se já é difícil periodizar a sua vida e mais difícil ainda periodizar a vida de um grupo de amigos, imagine a dificuldade para periodizar a História de uma coletividade ou de uma civilização.

Como a História do mundo e a nossa própria são essencialmente dinâmicas, também acontece de mudarem os marcos de nossas periodizações. O estabelecimento de períodos na História nunca é definitivo e não responde a critérios rigorosos, até porque nossas vidas e a das coletividades não podem ser condicionadas por um único fato. Ou, como dizem os historiadores, um episódio é insuficiente para marcar um (re)corte na História dos indivíduos ou das sociedades.

Utiliza-se a periodização para facilitar a compreensão de uma totalidade; ela nada mais é do que uma ferramenta prática. É fundamental, portanto, entender como os fatos históricos se articulam e como as permanências e rupturas caracterizam determinado período de tempo.

Na medida em que é fixada arbitrariamente por uma convenção, qualquer periodização é subjetiva. Por essa razão, mesmo que bem justificada e baseada em fatos históricos, ela torna-se alvo de críticas e eventuais modificações. Pense na mais tradicional das periodizações históricas – a que divide a História Universal em quatro fases ou idades: Antiguidade ou Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Agora preste atenção nos fatos que definem o início e o fim de cada fase: a Idade Antiga inicia com a invenção da escrita, por volta de 4000 a.C., e termina em 476 d.C. com a queda de Roma; a Idade Média vai da queda de Roma à conquista da cidade de Constantinopla pelos turcos, em 1453; a Idade Moderna chega até a Revolução Francesa, em 1789; quando então começa a Idade Contemporânea, que vem até os nossos dias. Tudo o que aconteceu antes da Idade Antiga é considerado Pré-História.

Você percebeu que todos os episódios se referem à História do Ocidente e, mais ainda, à História da Europa? Por que é assim? Simples. Porque o Ocidente impôs-se ao longo da História sobre o Oriente e a Europa era o centro político e cultural do Ocidente quando se fixou essa periodização. A única exceção é a invenção da escrita, que é atribuída aos sumérios – povo que viveu no Oriente Médio, na região onde hoje é o Iraque, há 5000 anos.

O surgimento da escrita, aliás, é tema polêmico. Como definir escrita? As cenas de caçadas que os homens primitivos pintaram em suas cavernas, por exemplo, não podem ser consideradas uma forma de escrita? Sem falar que muitas culturas se desenvolveram (e algumas se mantêm até hoje) sem o auxílio da escrita. Além disso, será que podemos chamar de Pré-História tudo o que ocorre antes do aparecimento da escrita? A ideia de Pré, como você sabe, indica algo que é anterior – e, portanto, exterior – à História, levando-nos a crer que os povos que não dominavam a escrita ou que não tinham conhecimento de um tipo de código que pudesse ser considerado escrita estão fora da História, são anteriores ao seu aparecimento. Por tudo o que estudou até aqui, você já é capaz de identificar o quanto essa ideia é preconceituosa. Afinal, como já dissemos, onde tem seres humanos, tem História!

Índios Pankararu durante a festa tradicional do Umbu, no Vale do Rio São Francisco em Pernambuco



Muitas sociedades atuais continuam a transmitir conhecimento por meio da oralidade ou de outras formas não escritas. Você acha que seria certo classificá-las como pré-históricas ou considerá-las povos sem história?

Ainda que seja prática, essa divisão compromete uma compreensão mais abrangente da História ao excluir e negar a importância de tudo que aconteceu fora dos limites da Europa. É como se simplesmente não existissem a Ásia, a Oceania, as Américas, a África e o próprio Leste Europeu (que inclui os países-satélites da antiga União Soviética, como Hungria, Bulgária, Polônia e Romênia), sem falar na Rússia. Como adaptar essa periodização, por exemplo, à cronologia da China e do Japão, cujos períodos históricos se relacionam às diferentes dinastias que reinaram nesses países?

De qualquer forma, tal periodização serve para demonstrar o quanto é arbitrária a escolha de marcos cronológicos e a impossibilidade de ajustá-los a certas realidades históricas.

Não é difícil perceber, pois, o quanto a noção de tempo e as suas decorrências se tornam requisitos indispensáveis para a nossa compreensão pessoal e das coletividades. Resumindo: o tempo e a datação são elementos essenciais nas nossas vidas.

Capítulo 4

Combates pela História

Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff (1924-2014), historiador francês

Para viver em sociedade, o homem estabelece necessariamente relações de poder. Toda coletividade é orientada por um conjunto de valores, regras e atitudes que se sobrepõe aos demais. De um modo mais ou menos explícito, cada grupo social procura difundir seus princípios. E quase sempre recorre ao passado para justificar esses princípios, a fim de alcançar legitimidade. Ao fazer isso, retoma do passado aquilo que lhe importa e o interpreta também de acordo com esses interesses. E assim se vai produzindo o que chamamos de memória.

Não podemos esquecer que a memória é feita de lembranças e, igualmente, de esquecimentos! Como bem pontuou o historiador Jacques Le Goff, o que lembramos e o que esquecemos pode servir à libertação humana, mas também pode contribuir para a servidão, para o domínio de determinados grupos sobre outros. Exaltação de valores, evocação da memória e exercício do poder andam quase sempre juntos. Um exemplo típico são os Estados Unidos da América. Convictos de que têm uma missão a desempenhar, um destino a cumprir, os governos norte-americanos não apenas exaltam os valores morais e as instituições nacionais, como também tentam convencer outros países a imitar seu modelo de sociedade. Para isso, não hesitam em recorrer a pressões econômicas e à força das armas.

Essa é uma das razões fundamentais para se estudar História: identificar como determinados agentes ou setores da sociedade se apropriam do poder e o utilizam para manter seus privilégios. Tanto é verdade que uma das primeiras providências dos novos governantes após uma ruptura radical da ordem constituída – como no caso de uma revolução ou de um golpe de Estado – é procurar alterar os conteúdos e as interpretações da História ensinada nas escolas e adequá-los à nova ordem. Ocorre uma redefinição do passado, que é reinterpretado de modo a legitimar a nova elite dirigente.

Para realizar tal operação, é comum promover-se a substituição de manuais escolares e exercer forte pressão sobre os professores, que, para permanecerem em suas funções, devem se subordinar a novos parâmetros e diretrizes pedagógicas. Exemplo desse processo pode ser verificado nas ex-colônias europeias da África, na década de 1970, e nos países do Leste Europeu depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, e da decorrente falência dos regimes comunistas. Tal se passou também no Brasil, após o golpe militar de 1964, quando o ensino de História, ministrado através da disciplina “Estudos Sociais”, confundia-se com o ensino de “moral e civismo”, prevalecendo um forte investimento em rituais e comemorações, dentro e fora das escolas, para exaltar as chamadas “datas cívicas”, a exemplo do 7 de setembro, assim como os símbolos e heróis nacionais. Ou, como ocorreu entre nós recentemente, quando o governo federal, por intermédio de suposta reforma do ensino médio, dispensou as escolas da obrigatoriedade de ministrarem a disciplina História.

O fenômeno não é recente. Já no Egito Antigo, por meio de comemorações cívicas e da exaltação de determinados fatos e personagens, a História servia para justificar e manter o poder dos faraós, sempre afinada com o interesse das classes dominantes. Ao glorificar feitos e heróis, as celebrações patrióticas buscam incutir e perpetuar no bojo da coletividade a visão do grupo que detém o poder. Daí o caráter marcadamente conservador dos festejos: seu foco de interesse é sempre o passado, nunca o presente.

Em resumo, o conhecimento histórico é manipulado e utilizado como instrumento legitimador da realidade. Para o historiador catalão Pelai Pagès (1949-1983), “todos os regimes políticos possuem seus historiadores, mais ou menos oficiais, que se dedicam a elaborar interpretações históricas de acordo com a perspectiva dos interesses do poder estabelecido”. Enfim, a História é colocada à mercê dos donos do poder!

Como não poderia deixar de ser, a ritualização e a exaltação do passado dificultam a consciência do presente, quando não a bloqueiam por completo. São ocasiões preciosas, no entanto, para identificar os elementos históricos do passado que podem auxiliar na compreensão do presente e na construção do futuro. Para isso também é preciso conhecer os indivíduos reverenciados nos rituais cívicos e o sentido de sua ação, considerando sempre que não há pessoas predestinadas a papéis especiais no palco da História.

Monumento à independência no bairro do Ipiranga em São Paulo



Os grandes “vultos” da História são reverenciados como heróis e eternizados em obras de arte e monumentos públicos. O apego a essas exaltações cívicas do passado dificulta a nossa consciência do presente.

A invenção do herói

Compreender ou analisar a História com enfoque nas pessoas dos líderes ou das lideranças que emergem ou se destacam em determinadas situações é uma distorção, pois não há indivíduos predestinados na História. Essa concepção esteve em voga no século XIX, sendo particularmente consagrada pelo escritor escocês Thomas Carlyle (1795-1881), em sua obra *Os heróis: o culto dos heróis e o heroico na História*. Publicado em 1841, o livro enfatiza desde a primeira página que a história da humanidade é obra dos grandes homens. Eles seriam os autores e modelos de todas as conquistas.

É tão exagerada a glorificação de alguns agentes históricos que por vezes somos levados a crer que se trata de personagens de ficção – e quanto mais nos afastamos da análise histórica centrada no movimento coletivo dos homens, mais se abre espaço para o aparecimento de heróis. O perfil do herói é modelado e reforçado pelos detentores do poder, que o transformam em parâmetro a ser seguido e reverenciado. A imagem pública de muitas dessas figuras, aliás, é um lembrete permanente sobre os estreitos limites entre a História e a ficção.

Essa distorção tende a se agravar por causa do papel manipulador exercido hoje, de forma mais ou menos deliberada, pelos meios de comunicação de massa. Trata-se de uma manipulação em duas direções, já que a mídia tanto pode endeusar quanto destruir a imagem de quem é colocado sob seus holofotes.

Como os heróis aparecem na História? A liderança de certos indivíduos não raro depende menos de características pessoais do que de condições objetivas que facilitam sua ação e popularidade. É claro que essas pessoas possuem um atributo subjetivo fundamental que se manifesta nas situações históricas: o senso de oportunidade. Elas têm sensibilidade para identificar os contextos favoráveis, quase sempre em momentos de crise da estrutura social, política e econômica – que é exatamente quando surge o herói. Como se a coletividade reclamasse o aparecimento de um novo guia. Nessa situação, os interesses do indivíduo e do coletivo se aproximam e se fundem. O herói é a expressão da vontade de um todo social carente de liderança. Não por acaso, o surgimento desse personagem no cenário histórico costuma assumir traços de devoção religiosa. Assim como nos filmes, novelas e histórias em quadrinhos, a figura do herói é associada à ideia de salvação. Ele é o salvador da pátria.

Mas a História não se constrói pela vontade ou pela determinação de indivíduos. As grandes figuras históricas são uma demanda ou uma necessidade, mas suas ações não se explicam sem os fatores externos que facilitaram sua ascensão. O herói vence porque age respaldado por circunstâncias sociais favoráveis e pelo apoio da coletividade.

Tiradentes esquartejado (1893), de Pedro Américo



Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), o Tiradentes, destacou-se na Conjuração Mineira e mostrou grande dignidade durante seu julgamento, mas não se tornou herói nacional em 21 de abril de 1792, ao ser enforcado. Isso só ocorreu décadas depois, quando o movimento republicano precisou de um personagem-símbolo em sua luta contra a monarquia. Por defender a República até a morte, Tiradentes caberia bem no papel de mártir. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (1939-), um longo processo contribuiu para que Tiradentes se tornasse um mito. Houve a produção e divulgação de diversas imagens, em fins do século XIX e início do XX, em que Tiradentes tinha aparência semelhante às das representações de Jesus Cristo e quase sempre era mostrado morto. Essas pinturas muito contribuíram para o processo de invenção do herói.

É claro que, envolvidos nos acontecimentos de sua época, os heróis nem sabem que vão virar heróis. A condição heroica é sempre atribuída depois – e com propósitos definidos, como a legitimação de um novo regime ou a valorização de determinados grupos sociais.

O estudo dos heróis revela a relatividade do conhecimento histórico. Os meus heróis podem não ser os seus; os de uma época não se sustentam em outra. Da mesma forma, pessoas anônimas podem ser transformadas em heróis, dependendo do contexto histórico.

História e cidadania

A partir do que vimos até agora poderíamos pensar que a História só serve para dizer “amém” aos poderosos e legitimar a ordem estabelecida. É isso que ela faz em muitos casos, mas em outros pode ser instrumento de libertação, consciência e cidadania. E quando tal acontece, são inúteis os esforços para controlar

consciências e impor conteúdos. Pesquisa recente revelou, por exemplo, que as atitudes, os valores e os conceitos dos jovens alemães são parecidos independentemente de terem sido educados na ex-Alemanha Ocidental, capitalista, ou na ex-Alemanha Oriental, comunista. Outro exemplo vem do Oriente Médio, onde os jovens palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza desenvolveram sua própria consciência histórica e desprezam o ensino ministrado nas escolas controladas por Israel.

Dessa forma, mesmo em contextos em que o controle social parece ser absoluto e a manipulação da História por grupos que detêm o poder se mostra bastante eficaz, essa História oficial nunca é totalmente vitoriosa. Voltando ao exemplo da ditadura militar implantada no Brasil, em 1964, sabemos que muitos professores usaram suas aulas de História, Estudos Sociais ou da disciplina de “Educação Moral e Cívica” para subverter a lógica imposta, promovendo ricas discussões e questionamentos sobre o que acontecia no Brasil, naquele momento e em outras épocas. Não podemos esquecer, ainda, o quanto os símbolos nacionais, como a bandeira brasileira e suas cores, anteriormente utilizados pelos regimes militares, foram reapropriados por diversos movimentos sociais e de contestação à ordem que emergiram nas décadas de 1980 e 1990. O povo brasileiro, em diversos momentos, foi às ruas para dizer: “Esses símbolos são nossos, representam a nossa luta, e não podem ser propriedade de nenhum regime ou governante”. Foi assim no movimento das “Diretas Já” e no processo de impeachment do presidente Fernando Collor.

Os exemplos relatados permitem-nos reiterar que a História é também libertação, o que equivale a dizer que é veículo para a aquisição da consciência de direitos e deveres. Em última análise, é fator de formação para a cidadania. Formação sim, pois cidadania, tal como a História, não é concessão, é construção.

Construir a História inclui também a formação e o aprimoramento de uma consciência universal sobre os direitos humanos. Nessa categoria se incluem os direitos sociais, que garantem condições dignas de moradia, alimentação, trabalho, educação e lazer para todos; os direitos políticos, que asseguram a

participação dos cidadãos na vida política de seu país; e os direitos civis, que dizem respeito às liberdades individuais, como locomover-se ou expressar o próprio pensamento.

Cidadãos do presente, compete a nós analisar e agir aos reflexos negativos da globalização econômica sobre os direitos políticos e sociais. O fato de esses direitos não se aplicarem a todos os povos ou indivíduos não deve nos desanimar, mas fazer com que redobremos os esforços para que isso aconteça. Uma prova de que a luta pelos direitos humanos avança, ainda que lentamente, está em nossa própria História. Até a década de 1930 o trabalhador brasileiro não tinha seus direitos reconhecidos por lei – não existia salário mínimo, previdência social, direito a férias ou à aposentadoria. Ainda que questionada por muitos juristas e historiadores, a legislação trabalhista representou uma conquista, mas só se aplicava ao trabalhador urbano, pois a proteção ao trabalho rural só se efetivou na segunda metade do século XX.

E, se você pensa que, uma vez conquistados, os direitos estão garantidos para todo o sempre, também se engana. Nesse processo de globalização, temos assistido a crescentes ataques a parte desses direitos trabalhistas, que passam a ser apontados por alguns como “privilégios” que precisam ser derrubados! Haja vista a reforma trabalhista aprovada no Brasil em 2017. Isso mostra, vale a pena reiterar, que a História não é só progresso, mas também pode trazer retrocessos. Por tudo isso, é importante lembrar que nada cai do céu, na História ou na vida, tudo é fruto de esforço permanente para superar o velho e realizar o novo. Que também envelhecerá. O conhecimento da História pode nos ensinar a desconfiar do que se apresenta como novo, porque, em muitos casos, trata-se apenas do antigo travestido de novidade.

As conquistas no campo dos direitos humanos são outra evidência de como a História nos permite interferir na ação do Estado e limitar seus desmandos, ao mesmo tempo em que aprendemos a ser mais solidários e a repudiar as injustiças. Se isso é válido em qualquer lugar do mundo, com mais razão ainda se aplica a países como o Brasil, onde a realidade é marcada por imensas e

históricas desigualdades sociais.

Capítulo 5

Memória e identidade

Não nos iludamos: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós mesmos, está associada à História que nos foi contada quando éramos crianças.

Marc Ferro (1924-), historiador francês

Nestes tempos de globalização, a História é ferramenta indispensável para nos ajudar a entender como surgem e se expressam os valores locais, regionais e nacionais. É o que se chama, usando-se uma expressão técnica, de estudo das identidades. Por meio da História coletamos dados e informações que reforçam nossa ligação com determinados grupos, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma reflexão crítica sobre eles.

A noção de identidade está na moda – nunca se falou tanto sobre o assunto – e inclui vários sentidos. Para compreender, por exemplo, por que os estados-nação tradicionais estão aos poucos cedendo espaço a blocos de países, como a União Europeia e o Mercosul, é fundamental dimensionar o significado das identidades coletivas e nacionais no novo contexto histórico.

Como se posicionam os diversos países diante da realidade dos blocos continentais? Como explicar que, simultaneamente à formação desses blocos, algumas nações se empenhem em preservar e reforçar tradições locais? O que representam as identidades nacionais, coletivas e étnicas? Como países onde o

nacionalismo é marcante têm se integrado aos blocos supranacionais? Como difundir ideias, iniciativas e produtos para que tenham aceitação global? Como fazer para que os blocos deixem de atuar como clubes fechados ou exclusivos para sócios e cooperem em questões de interesse mundial, como o combate à fome e ao desemprego ou a busca de fontes de energia alternativas ao petróleo?

O fortalecimento das identidades locais, regionais e nacionais se liga diretamente à consciência histórica da sociedade. Esse sentimento de identidade não é constante – ele ganha impulso e une as pessoas principalmente em momentos de crise. Da mesma forma, a consciência histórica não existe por si só, mas é criada em determinados contextos ou circunstâncias. Ao contrário do que ocorre na maioria das civilizações do Oriente, os ocidentais têm necessidade de tornar histórico ou de historicizar tudo o que se encontra à sua volta, incluindo as relações com outros povos.

Mesmo no Ocidente, o cultivo da História não é uniforme. Há pessoas e grupos que estabelecem relação diferenciada com as noções históricas em seu cotidiano. É o que se observa em algumas comunidades do meio rural, que têm como referências culturais ou identitárias mitos, lendas e ritos tradicionais.

O historiador francês Philippe Ariès (1914-1984) afirma que a História surge à medida que se separa do mito, a partir do momento em que os Estados começam a ser construídos sobre as comunidades rurais que se organizam com base nos costumes. Diz Ariès:

A História está para as sociedades políticas como o mito está para as comunidades rurais; do mesmo modo que numas se diz o mito, nas outras conta-se a História, garantindo-se, através das palavras, a vida das coisas. Mas o mito repete-se, ao passo que a História apenas se relembra. (1992)

Mito é um relato que teve origem numa data impossível de ser estabelecida e que se refere a acontecimentos supostos ou idealizados. Quanto mais distante for o passado que estudamos, maior será nossa dificuldade em diferenciar a História do mito. Tanto mais que, dependendo do caso, o mito se transforma em História e a História, em mito.

Mito e História não são sinônimos, mas interagem. O mito é importante fonte informativa para o conhecimento histórico. Não há como falar em identidades sem associá-las a mitos. Isso é especialmente verdadeiro quando estudamos, por exemplo, o comportamento, os ritos e as relações socioculturais das comunidades indígenas. Os índios, assim como muitos de nossos sertanejos, creem na existência de uma série de entidades mitológicas. É o caso do famoso saci-pererê, duende de uma só perna e gorro vermelho que perturba os agricultores com suas travessuras, além de perseguir quem agride a natureza.

Por outro lado, vale lembrar dois aspectos sobre identidades. Primeiro, que cultivar a identidade não significa evitar o convívio com os outros. Ao contrário: quanto mais conhecemos nossos valores e tradições, mais estimulante deve ser a interação com culturas diferentes da nossa. Segundo, que a noção de identidade se associa à noção de espaços – lugares em que vivemos nossas experiências e que se incorporam à nossa memória pessoal e grupal. Diariamente acionamos nossos registros mentais para recordar dados ou imagens do passado. É o que se chama memória. Como é fácil deduzir, a memória tem uma relação direta com a construção de nossa História, seja ela pessoal ou coletiva.

Segundo o historiador norte-americano David Lowenthal (1923-), a função fundamental da memória

não é preservar o passado, mas sim adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente. Longe de simplesmente prender-se a experiências anteriores, a memória nos ajuda a entendê-las. (1998)

Ele acrescenta:

Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta. (1998)

Ao contrário da História, que apoia seu estudo em evidências documentadas, a memória baseia-se em lembranças que dispensam fontes objetivas. A História parte do pressuposto de que determinados fatos realmente aconteceram; a memória, sujeita às inconstâncias do cotidiano, é volúvel e mutável, mais próxima dos sentimentos que da razão.

As diferenças entre História e memória são inegáveis. Só considerar aquilo que as distingue, no entanto, pode nos levar a perder o foco da questão, que é saber o quanto e o quê da memória – especialmente da memória coletiva – se inserem no autoconhecimento histórico e vice-versa. Memória e História dialogam entre si e se complementam.

Assim como existe a memória de nossas coisas pessoais, existe a memória coletiva, que está nos vários lugares ou espaços de manifestação das coletividades. Segundo o historiador francês Pierre Nora (1931-), tais espaços são

lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações. Esses

memoriais têm a sua história. (1978)

Visitar a nossa primeira escola ou rever a casa onde passamos a infância são outros exemplos de lugares da memória. Essas recordações, porém, não constituem a História propriamente dita. Ainda que recordemos uma sequência de fatos, ter ou cultivar lembranças não é fazer História.

Por mais abrangente que seja, a memória seleciona as lembranças. É seletiva. Ela confirma e realça alguns fatos ao mesmo tempo em que esquece outros. Sim, a memória contém o esquecimento. Como instrumento a serviço do poder, ela silencia sobre fatos e personagens que o grupo dominante quer manter à margem: os excluídos da História. Ao identificar-se com a memória nacional, a memória coletiva dá legitimidade às instituições, fatos e datas marcantes para os que detêm o poder.

Como tantas outras noções históricas, também as identidades não são um conceito pronto, acabado – estão em processo e são processo. Segundo Ernesta Zamboni, a única forma de se elaborar e vivenciar a identidade é através do conhecimento da História, pois

na era da globalização, na qual estamos vivendo, há o esfacelamento de nossas particularidades e individualidades, o sentimento de pertencer a um lugar, a um grupo no qual desempenhamos um papel social, ao qual estamos emocionalmente e afetivamente ligados e com o qual nos identificamos, é muito importante para o ser humano e sua formação como sujeito histórico. Nesse processo de busca da identidade, de construção de uma nação participativa, a História tem um papel fundamental, pois é a base de sustentação do conhecimento fundante do presente. (2003)

O outro na História

A identidade é um tema e um objeto de análise extraordinariamente abrangente. A opção é, então, limitar a abordagem a um de seus princípios: o da existência de um outro além de mim. Essa alteridade é condição indispensável para que nos (re)conheçamos.

Alteridade não é somente ver o outro, mas percebê-lo no que ele tem de diferente em relação a mim. Mais que isso: é compreendê-lo e, se não for possível integrá-lo ao nosso universo, pelo menos aceitá-lo como ele é, sem uma postura de superioridade.

Para isso é essencial, de novo, valorizar o multiculturalismo. Somos habitantes de um mundo cujas distâncias se reduzem a cada minuto graças à tecnologia dos transportes e da comunicação. Não tem cabimento nos considerarmos superiores ou achar que a minha civilização é mais evoluída só porque faço parte dela. Essa forma unilateral de olhar o mundo é o que os historiadores chamam etnocentrismo. Devemos sempre, ao contrário, perceber e interagir com o outro.

Como bem expressou o filósofo e linguista búlgaro Tzvetan Todorov (1939-2017):

Em todos os tempos os homens acreditaram ser melhores que os seus vizinhos, limitando-se a mudar o tipo de defeito a imputar-lhes. Este aviltamento tem dois aspectos complementares: por um lado considera-se o seu próprio quadro de referência como sendo único, ou pelo menos normal, por outro se constata que os outros, reportados a este quadro, são inferiores. O retrato do outro é, pois, traçado projetando nele as nossas fraquezas; ele é-nos ao mesmo tempo semelhante e inferior. O que lhe é refutado é antes de mais nada o ser diferente: nem inferior nem (sequer) superior, mas justamente outro. (1980).

Esse olhar equivocado não é recente. Já na Antiguidade, os gregos e romanos consideravam bárbaros todos os estrangeiros – atribuindo-lhes o significado de que eram brutos, estranhos, sem refinamento. Aliás, foram os bárbaros da tribo dos Hérulos, sob o comando de Odoacro (434?-493), que invadiram e conquistaram Roma em 476 d.C. O mesmo ocorreu em relação a nossos índios, que os portugueses tacharam de selvagens e incultos. Todas essas expressões traduzem uma visão marcada pelo etnocentrismo: gregos, romanos e portugueses desprezavam a tradição cultural de povos considerados inferiores, ao mesmo tempo em que tentavam impor-lhes sua própria ideia de civilização.

O etnocentrismo ou a perspectiva etnocêntrica marcou desde o início a História do Brasil. A partir do fim do século XV, as grandes navegações e a descoberta de novas terras deram aos conquistadores europeus a certeza de que a raça branca era superior. Por esse ponto de vista preconceituoso era natural impor a religião, a moral e os costumes europeus aos povos subjugados. O argumento era muito

Ilustração de Hans Staden



Em 1548, o alemão Hans Staden (1525-1579) veio para a América atrás de riqueza, mas seu navio naufragou e ele foi capturado pelos índios tupinambás. Depois de oito meses de cativeiro, Staden conseguiu fugir e escreveu um livro contando sua aventura. O que mais chamou a atenção foram os relatos sobre canibalismo entre os indígenas, que Hans Staden, a partir de um olhar etnocêntrico, chamou de “selvagens, nus e ferozes devoradores de homens”.

simples: eu sou branco, minha civilização é superior e ao transmitir a você os meus valores estou te ajudando a sair do atraso cultural em que você vive. Esse mito da superioridade branca se impôs (e se mantém, de forma mais ou menos camuflada, até os nossos dias), mesmo que vários povos conquistados se encontrassem em nível de desenvolvimento tecnológico semelhante ou superior em muitos aspectos ao da civilização europeia. De qualquer forma, a ideia de que a Europa era o centro da cultura e da civilização – a visão eurocêntrica – prevaleceu e passou a orientar as instituições e o modo de vida de muitos países.



Os índios brasileiros têm uma história de luta contra a dominação. Em abril de 2000, durante as comemorações oficiais do “descobrimento” do Brasil, o terena Gildo Jorge Roberto enfrentou a tropa de choque para impedir o avanço dos policiais sobre os seus companheiros que marchavam em protesto de Coroa Vermelha a Porto Seguro, na Bahia.

O caso dos índios não é único. Outros grupos excluídos têm se conscientizado e desenvolvido ações para (re)assumir seu papel de sujeitos da História. À medida que isso ocorre – e é crescente o interesse dos historiadores pelo tema – a História dessas coletividades passa a ser pensada e registrada em uma perspectiva de resistência cultural.

Outro exemplo são os negros. Apesar de presente em nossa historiografia, o negro, como o índio, não passava de ator coadjuvante em um roteiro escrito, dirigido e estrelado por brancos. A versão popular sobre a abolição da escravidão menciona um ou dois descendentes de africanos lutando pela liberdade dos negros ao lado de um grupo de brancos generosos – e recebendo de presente a Lei Áurea em 13 de maio de 1888, graças à bondade da princesa Isabel (1846-1921), a Redentora.

Esse enfoque também está mudando. Os afrodescendentes vêm afirmando sua identidade como agentes formadores da nacionalidade brasileira e injustiças históricas têm sido aos poucos corrigidas. Recentemente, por exemplo, o governo brasileiro tornou obrigatório nas escolas de educação básica o ensino da História e da cultura afro-brasileira e africana.

Mais importante que o reconhecimento oficial sobre a contribuição da cultura africana para a formação do Brasil, no entanto, é que cada um de nós rejeite qualquer atitude preconceituosa ou desdenhosa em relação à África. Para tanto é fundamental questionar a validade de uma História baseada unicamente na

contribuição europeia e começar a utilizar ferramentas com as quais não estamos familiarizados.

Ao analisar coletividades em que a produção de fontes escritas é escassa ou inexistente, o trabalho de reunir informações é obviamente dificultado. Como quase não há registros escritos de autoria dos escravos, é necessário que consultemos outras fontes para reconstruir seu contexto à época da escravidão – saberes relativos a ofícios os mais diversos, costumes, tradições, danças, cantigas, culinária, religião, formas de resistência e luta etc. Essas informações são trabalhadas, dentre outras ciências, pela Etnologia, a Antropologia, a Sociologia, a Linguística e a Arqueologia, e podem ser muito importantes para o estudo histórico sobre os antigos quilombos.

Tais considerações sobre as culturas indígena e africana mostram mais uma vez o quanto é equivocado o contraste povos civilizados versus povos selvagens. Essa concepção etnocêntrica vigorou durante o século XIX e boa parte do século XX e foi defendida por muitos pesquisadores, sobretudo biólogos e antropólogos. Se não por outras razões, essa noção é errada porque lhe falta qualquer fundamento científico. Civilizados e bárbaros, superiores e inferiores não são conceitos da ciência, mas “pré-conceitos” culturais, juízos de valor.

Entendamos, pois, que o etnocentrismo, em particular o eurocentrismo, não se manifesta apenas em relação a realidades históricas remotas. Atualmente, ao ver países como a China e a Índia se destacarem pelos altos índices de desenvolvimento econômico e a crescente influência na política internacional, nossa primeira reação pode ser de surpresa. Mas, se pararmos para pensar, indianos e chineses têm culturas milenares e sempre exerceram papel dominante no cenário mundial – com exceção dos últimos três séculos. De certa forma, é como se as coisas fossem recolocadas no devido lugar, (re)equilibrando a balança entre Ocidente e Oriente. E é mais uma razão fundamental para estudar a realidade atual e o passado de outros povos, descobrindo-os em suas singularidades.

Para finalizar, um lembrete oportuno do grande escritor russo Leon Tolstoi (1828-1910), autor de Guerra e paz, um dos mais extraordinários romances históricos já escritos. Tolstoi dizia que só podemos alcançar o universal se antes dominarmos o que está perto de nós, que antes de nos aventurarmos nos oceanos devemos conhecer bem o rio de nossa aldeia. Por mais cidadãos do mundo que sejamos e por mais que nos integremos a comunidades internacionais, nossas raízes não nos permitem perder de vista nossa primeira referência – a identidade local.

Conclusão

Está em nossas mãos recomeçar o mundo outra vez.

Thomas Paine (1737-1809), jornalista e político inglês

Os historiadores sempre se inquietaram em identificar e colocar em prática as funções sociais da História. Na abertura de *Apologia da História*, ou o ofício do historiador, o belo livro póstumo do pesquisador francês Marc Bloch, uma criança pergunta a seu pai historiador: “Papai, para que serve a História?” Essa pergunta simples, mas embaraçosa, também norteou a elaboração deste trabalho.

Nele procurou-se analisar por que somos sujeitos históricos, agentes de nossa História. Estudamos História para conhecer e transformar a vida, a nossa vida, a vida presente.

Utopia. Mais que um conceito ou um livro no qual o político e humanista inglês Thomas Morus (1478-1535) descreve uma ilha imaginária onde um governo ideal governa um povo feliz, a utopia é um compromisso de todos nós.

A História é um caminho para a utopia. Não no sentido de um ideal inatingível, mas no de manter viva a esperança. Ontem semeamos a realidade de hoje; hoje semeamos a de amanhã. A História pode nos ajudar a realizar essa semeadura com lucidez, anunciando um futuro mais justo e fraterno.

Recorro ao historiador catalão Josep Fontana (1931-2018) para colocar ponto final nesta nossa caminhada, embora a História jamais admita ponto final: “Entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, [é] o que nos faz falta”.

Referências

Andrade, Carlos Drummond de. Antologia poética. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

Ariès, Philippe. O tempo da História. Trad. M. S. Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

Bittencourt, Circe et al. (Org.). O saber histórico em sala de aula. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Bloch, Marc. Apologia da História, ou o ofício de historiador. Pref. Jacques Le Goff. Trad. A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Braudel, Fernand. Escritos sobre a História. Trad. J. Guinsburg; T.C.S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRECHT, Bertolt. Poemas. Trad. Arnaldo Saraiva. Lisboa: Presença, 1973.

Cannadine, David (Coord.). Que é a História hoje? Trad. R. P. Cabral. Lisboa: Gradiva, 2006.

Chesneaux, Jean. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a História e os

historiadores. Trad. M. A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

Enciclopédia Einaudi. Memória-História. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v. 1.

Enciclopédia Einaudi. Sociedade-Civilização. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. v. 38.

Ferro, Marc. A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação. 2. ed. Trad. W. Araújo. São Paulo: Ibrasa, 1999.

Fonseca, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 3. ed. Campinas: Papirus, 2005.

Fontana, Josep. História depois do fim da História. Trad. A. P. Rocha. Bauru: Edusc, 1998.

Hobsbawm, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991. Trad. M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Hobsbawm, Eric J. Sobre História: ensaio. Trad. C. K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Karnal, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

Laville, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino da História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. p. 125-138.

Lowenthal, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. Trad. L. Haddad. São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998.

Nora, Pierre. Mémoire collective. In: Le Goff, Jacques et al. (Dir.). La nouvelle Histoire. Paris: Retz -CEPL, 1978. p. 398-401.

Pagès, Pelai. Introducción a la Historia: epistemología, teoría y problemas de método en los estudios históricos. Barcelona: Barcanova, 1983.

Pereyra, Carlos et al. História, para qué? México: Siglo XXI, 1980.

Prieto, Saturnino Sánchez. Y qué es la Historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundaria. Madrid: Siglo XXI de España, 1995.

Schaff, Adam. História e verdade. 6. ed. Trad. M. P. Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Todorov, Tzvetan. Introdução à tradução francesa de W. SAID. Orientalisme. Paris: Seuil, 1980. Apud SACHS, Ignacy. Selvagem / bárbaro / civilizado. In: Enciclopédia Einaudi. v. 38 – Sociedade-Civilização. Trad. de Maria Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. p. 446.

Zamboni, Ernesta. Projeto pedagógico dos parâmetros curriculares nacionais: identidade nacional e consciência histórica. Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 367-377, dez. 2003.

Sobre o autor

Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Lecionou no Colégio Municipal e no Colégio Estadual “Central” de Belo Horizonte, antes de tornar-se professor do Departamento de História da UFMG e da PUC Minas. Concomitantemente, por quase 20 anos, foi leitor e professor convidado de História do Brasil na Universidade de Lisboa e na Universidade do Porto. Tem livros e artigos publicados, em especial sobre História e arquivos do Brasil e de Portugal. É membro da Academia Mineira de Letras.